



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG  
COORDENADORIA DE ENSINO – COE  
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**ÁLVARO DIVINO DIAS FILHO**

**ENTRAVES NAS LICITAÇÕES DO FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS: percepção  
de gestores municipais e propostas de melhoria**

**GOIÂNIA – GO**

**2025**



ÁLVARO DIVINO DIAS FILHO

**ENTRAVES NAS LICITAÇÕES DO FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS: percepção de gestores municipais e propostas de melhoria**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESP) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a Universidade do Estado de Goiás, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gislene Lisboa de Oliveira.

GOIÂNIA – GO

2025



## **ENTRAVES NAS LICITAÇÕES DO FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS: percepção de gestores municipais e propostas de melhoria**

### **CHALLENGES IN PUBLIC PROCUREMENT PROCESSES OF THE SPECIAL FIREFIGHTERS FUND: perceptions of municipal managers and improvement proposals**

Álvaro Divino Dias Filho\*  
Gislene Lisboa de Oliveira\*\*

**Resumo:** O estudo foi desenvolvido em seis municípios do norte goiano que possuem unidades físicas do Corpo de Bombeiros e integram o 8º Comando Regional Bombeiro Militar, cuja área de atuação abrange trinta e três cidades. Analisaram-se as dificuldades enfrentadas nos processos licitatórios realizados com recursos do Fundo Especial Municipal de Reparelhamento e Modernização, destinados à aquisição de equipamentos ou contratação de serviços para essas unidades. Os dados coletados evidenciaram obstáculos recorrentes em diferentes fases das licitações, relacionados a deficiências técnicas, administrativas e operacionais, que comprometem a eficiência das aquisições. A metodologia empregada foi qualitativa, fundamentada em entrevistas semiestruturadas com os servidores responsáveis pelos processos licitatórios. Os resultados permitiram identificar fragilidades nos procedimentos de compras públicas e apontar caminhos para sua qualificação, com vistas ao uso mais eficaz dos recursos públicos e à melhoria dos serviços prestados à população.

**Palavras-chave:** Licitações Públicas; Compras Governamentais; Corpo de Bombeiros; Gestão Municipal; Eficiência Administrativa.

**Abstract:** The study was conducted in six municipalities in northern Goiás that host physical units of the Fire Department and are part of the 8th Regional Fire Command, which serves a total of thirty-three cities. It analyzed the challenges encountered in procurement processes funded by the Special Municipal Fund for Re-equipment and Modernization, aimed at acquiring equipment or contracting services for these units. The data collected revealed recurring obstacles across various stages of the procurement process, involving technical, administrative, and operational deficiencies that affect the efficiency of acquisitions. The methodology was qualitative, based on semi-structured interviews with municipal officials responsible for procurement. The results identified critical weaknesses in public purchasing procedures and pointed to improvements that could enhance the effective use of public resources and the quality of services provided to the population.

**Keywords:** Public Procurement; Government Purchasing; Fire Department; Municipal Management; Administrative Efficiency.

---

\*Aluno do Curso de Pós-Graduação em Gerenciamento em Segurança Pública – CEGESP, Capitão do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e Gestor do Fundo Especial |Municipal dos Bombeiros em Minaçu.

\*\*Professora Doutora Efetiva da Universidade Estadual de Goiás, Orientadora e Professora Curso de Pós-Graduação em Gerenciamento em Segurança Pública – CEGESP.



## 1. INTRODUÇÃO

A gestão eficiente dos recursos públicos destinados à segurança é essencial para o fortalecimento das políticas públicas, especialmente nos municípios do interior goiano. Nesse contexto, destaca-se o Fundo Especial Municipal de Reparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, criado para viabilizar a aquisição de bens e serviços indispensáveis à atuação das unidades operacionais. A efetividade dessas aquisições, porém, depende de processos licitatórios estruturados e alinhados à legislação vigente, em especial após a promulgação da Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021), que instituiu novo regime jurídico para contratações públicas no país.

Apesar dos avanços previstos na nova lei, como maior planejamento, transparência e profissionalização, sua implementação nos municípios têm revelado entraves significativos. Dentre eles, destacam-se falhas no planejamento, nas especificações técnicas, na articulação institucional e na capacitação dos servidores. Tais fragilidades comprometem a eficiência das licitações, gerando atrasos, custos adicionais, retrabalho e, por vezes, inviabilizando as contratações, o que afeta diretamente a capacidade de resposta das corporações em situações emergenciais como as do Corpo de Bombeiros, foco desta investigação.

A pesquisa justifica-se por sua relevância científica, social e institucional ao analisar criticamente os obstáculos enfrentados por gestores municipais na execução de licitações com recursos do referido Fundo. Compreender como essas dificuldades interferem na gestão local é fundamental para aprimorar práticas administrativas em contextos marcados por limitações técnicas e operacionais. O estudo também contribui para o debate sobre os desafios da nova legislação e reforça a necessidade de formação contínua dos agentes públicos como estratégia de qualificação das contratações governamentais.

Adota-se uma abordagem qualitativa, exploratória e orientada pelo método dedutivo, partindo da observação empírica para formulação de inferências, conforme Gil (2017). Trata-se de um estudo de caso múltiplo, baseado em entrevistas semiestruturadas com os servidores responsáveis pelos processos licitatórios em seis municípios do norte goiano, pertencentes à área do 8º Comando Regional Bombeiro Militar. A análise dos dados segue os procedimentos da análise de conteúdo descritos por Bardin (2016).

O objetivo geral é analisar os principais entraves nos processos licitatórios com recursos do Fundo Especial dos Bombeiros, a partir da percepção de gestores municipais.



Especificamente, busca-se: identificar fatores que comprometem a eficiência das aquisições; examinar a relação entre capacitação técnica, comunicação institucional e resultados das licitações; e propor sugestões práticas de melhoria adaptadas à realidade local.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro seções: a fundamentação teórica, que aborda os aspectos legais e conceituais da gestão pública e das licitações; a metodologia, que descreve os procedimentos técnicos adotados; os resultados e discussão, que apresentam e analisam os dados; e as considerações finais, que sintetizam as conclusões e sugerem medidas de aprimoramento institucional.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Gestão Pública e Eficiência na Utilização dos Recursos**

A gestão pública contemporânea demanda foco em resultados, eficiência e economicidade. Conforme o artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a administração pública deve obedecer a princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Este último exige que os gestores utilizem os recursos de forma racional e orientada à qualidade dos serviços prestados.

Nesse cenário, observa-se um movimento de modernização da gestão estatal. Chiavenato (2005) defende o uso racional dos recursos com foco na coletividade, enquanto Bresser-Pereira (1998) propõe substituir o modelo burocrático por uma gestão centrada no cidadão e nos resultados. Assim, a eficiência ultrapassa a formalidade, exigindo entregas com qualidade, agilidade e menor custo, especialmente em áreas como a segurança pública, onde o impacto é direto na proteção da sociedade.

Niebuhr (2013) destaca que a eficiência nas licitações está no equilíbrio entre custo, qualidade e agilidade. Contratações pautadas exclusivamente pelo menor preço, sem considerar a durabilidade dos produtos, podem comprometer os resultados. Um exemplo são coletes salvavidas de baixa qualidade: embora legalmente adquiridos, geram riscos operacionais e custos extras com substituições.

Nesse sentido Chiavenato (2003, p. 155) reforça que “a eficiência é uma relação entre custos e benefícios [...] entre o custo e o benefício resultante”. Um caso ilustrativo ocorre quando



um município adquire, por menor preço, mangueiras de combate a incêndio fornecidas por empresa de fora do estado. Apesar do baixo custo inicial, o material é incompatível com os engates locais, exigindo adaptações técnicas que geram atrasos e aumentam os custos, comprometendo a efetividade do serviço. Esses casos evidenciam que a viabilidade técnica e logística deve ser considerada junto ao valor financeiro.

A transição do modelo burocrático para uma gestão voltada a resultados, como defende Bresser-Pereira (1998), reposiciona o foco da administração pública na entrega de bens e serviços eficazes. Isso exige o entendimento dos novos marcos legais que regulam as contratações, especialmente após a promulgação da Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021).

## **2.2. A Nova Lei de Licitações e Contratos**

A promulgação da Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021) representou um marco na modernização da contratação pública no Brasil. Essa nova norma substituiu legislações anteriores, como a Lei nº 8.666/1993 (Brasil, 1993), a Lei nº 10.520/2002 (Brasil, 2002) e a Lei nº 12.462/2011 (Brasil, 2011), consolidando diretrizes e princípios voltados à eficiência, governança e transparência nos processos licitatórios. Ao estabelecer um sistema mais integrado, a lei busca superar a rigidez procedimental e a baixa efetividade das contratações públicas.

No contexto dos Fundos Especiais Municipais, como o Fundo de Reparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, a nova legislação exige atuação mais técnica e planejada por parte da gestão, demandando qualificação no planejamento, domínio dos procedimentos e responsabilidade administrativa (Pereira *et al.*, 2023). A contratação pública, nesse cenário, deixa de ser apenas um trâmite formal e passa a ser compreendida como instrumento estratégico para gerar resultados efetivos à coletividade.

A legislação introduz mecanismos como o Plano Anual de Contratações, os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e a Análise de Riscos. Tais exigências, segundo Silva (2024), contribuem para elevar a maturidade da gestão pública, especialmente em setores sensíveis como a segurança, onde falhas contratuais impactam diretamente a operação.

Além disso, a lei traz fundamentos importantes: o art. 5º valoriza o planejamento e a segregação de funções; o art. 11 institui a obrigatoriedade do plano anual de contratações; e o art. 12 trata da governança nas aquisições públicas. Justen Filho (2023) observa que essa abordagem



rompe com o foco exclusivo na legalidade formal, ao inserir uma lógica técnico gestora voltada à contratação mais vantajosa e sustentável.

Contudo, a transição para esse modelo normativo apresenta desafios, sobretudo para municípios. Em especial os de menor estrutura, que ainda enfrentam dificuldades para internalizar e operacionalizar os dispositivos legais. Estudos recentes apontam barreiras como ausência de pessoal capacitado para elaborar termos de referência consistentes, interpretar a nova lei e executar contratações conforme os critérios técnicos e operacionais (Bastos, 2023; Vieira et al., 2023; Teixeira, 2024 *apud* Almeida, 2024).

No caso dos Fundos Especiais, onde as aquisições envolvem equipamentos técnicos e de alto impacto, a falta de capacitação tende a resultar em processos falhos, atrasos, itens inadequados e riscos à legalidade dos contratos. Assim, a Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021), embora avance institucionalmente, exige esforço contínuo de qualificação e revisão das práticas nas estruturas administrativas.

Dessa forma, para avaliar criticamente sua efetividade no contexto da segurança pública, especialmente nos municípios que operam com recursos do Fundo dos Bombeiros, é necessário investigar como os dispositivos têm sido aplicados e quais obstáculos ainda limitam sua consolidação como ferramenta de gestão eficiente.

### **2.3. O Fundo Especial Municipal de Reparelhamento e Modernização: Estrutura e Desafios**

O Fundo Especial Municipal de Reparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, instituído em diversos municípios goianos, é juridicamente classificado como fundo especial, com natureza e gestão próprias. Segundo Gasparini (2021, p. 809), “os fundos especiais são dotações de receita públicas vinculadas a uma finalidade específica e administradas por um órgão próprio, conforme estabelecido em lei”. Entre suas características fundamentais estão a previsão legal, conforme o artigo 167, inciso IX da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), e a vinculação de receitas, prevista no artigo 71 da Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964).

Além disso, os fundos exigem transparência e controle, estando sujeitos à fiscalização dos Tribunais de Contas e à atuação de conselhos gestores compostos por representantes do Legislativo e da sociedade civil, conforme normativas locais. Como destaca Salvador (2012), a



Constituição de 1988 (Brasil, 1988) instituiu mecanismos participativos que asseguram maior controle e fiscalização das políticas públicas por meio desses fundos.

O financiamento desses fundos decorre, sobretudo, de taxas por serviços prestados como vistorias, análises de projetos e emissão de documentos bem como de credenciamentos, convênios e repasses municipais. A gestão é realizada pelos Comandantes das Unidades Operacionais, responsáveis pela aplicação dos recursos em equipamentos, manutenção das atividades e estrutura da unidade. Leis municipais, como a nº 1.352/2020 (Campos Belos, 2020), regulamentam a arrecadação e utilização dos valores.

O planejamento eficaz desses recursos é essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, que envolvem tanto ações operacionais e preventivas quanto atividades sociais e técnicas, como combate a incêndios, salvamentos e transporte aeromédico, entre outras. Esses serviços estão previstos na Lei de Organização Básica do CBMGO (Goiás, 2013), no Sistema de Segurança Pública (Goiás, 2015) e na Constituição Federal (Brasil, 1988).

Essas atividades dependem diretamente dos recursos dos Fundos Especiais, que fortalecem a capacidade operacional e contribuem para a segurança pública local. Sua gestão eficiente é, portanto, essencial para a efetividade das ações preventivas e de resposta emergencial.

A articulação entre municípios e a Corporação pode ser fortalecida, sobretudo na definição de critérios técnicos baseados no conhecimento mútuo necessário às aquisições (Souza, 2005). Por isso, é fundamental investir em capacitação continuada, modernizar procedimentos e ampliar a cooperação institucional, visando uma gestão mais integrada e eficaz dos recursos.

Diante das exigências normativas e operacionais que envolvem esse Fundo, é imprescindível aprofundar a análise das etapas e dos principais obstáculos enfrentados pelos municípios nos processos licitatórios a ele vinculados.

#### **2.4. Etapas e Dificuldades dos Processos Licitatórios na Gestão Municipal**

O processo licitatório, segundo Bittencourt (2024), divide-se em duas fases principais: a fase interna, que envolve o planejamento da contratação, definição do objeto, termo de referência, estimativas de custos e elaboração do edital; e a fase externa, iniciada com a publicação do edital



e que inclui recepção e julgamento das propostas, habilitação, adjudicação, homologação e assinatura do contrato.

A Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021) organiza esse fluxo em sete fases formais, destacando a fase preparatória como a mais estratégica, por concentrar os estudos técnicos preliminares, a pesquisa de preços e a definição precisa do objeto. Di Pietro (2014) adverte que falhas nesse estágio comprometem toda a contratação, podendo gerar desperdícios, litígios e ineficiência.

Na sequência, ocorrem a divulgação do edital, apresentação de propostas, julgamento com base em critérios técnicos e de preço, habilitação da empresa vencedora e, se necessário, fase recursal. Após encerradas as disputas, procede-se à homologação e assinatura do contrato. Justen Filho (2021) observa que essa estrutura assegura o cumprimento dos princípios administrativos e favorece contratações mais vantajosas ao interesse público.

Quando essas etapas são mal conduzidas, os impactos são diretos: materiais de baixa qualidade, atrasos, descumprimentos contratuais e prejuízos aos serviços prestados.

Estudos empíricos evidenciam esses entraves. Pesquisa em Santa Maria (RS) apontou burocracia excessiva, resistência a novas práticas, baixa qualificação técnica e desconhecimento da Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021) como problemas recorrentes — desafios agravados nos municípios de menor porte, cuja estrutura administrativa e quadro técnico são mais limitados.

Assim, embora a nova legislação proponha um modelo mais moderno e estruturado, persistem obstáculos à sua plena implementação. Dificuldades técnicas, burocráticas e organizacionais ainda limitam a eficácia das licitações municipais. Compreender essas etapas e entraves reforça a urgência de fortalecer a capacidade institucional local, qualificar os agentes públicos e adotar práticas de planejamento mais eficazes. Superar tais desafios é essencial para garantir contratações mais eficientes, transparentes e voltadas às reais necessidades da população.

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, conforme Gil (2017), por priorizar a interpretação dos dados no contexto em que ocorrem e valorizar a subjetividade dos participantes. Tal abordagem mostrou-se adequada para compreender os significados atribuídos pelos gestores municipais à sua experiência com os processos licitatórios.



A pesquisa utilizou o método dedutivo, partindo de conceitos teóricos previamente estabelecidos para análise da realidade (Gil, 2017). Os dados obtidos nas entrevistas foram interpretados à luz do referencial teórico sobre gestão pública e licitações.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva (Gil, 2017), ao investigar um tema pouco estudado — os desafios na gestão das licitações dos Fundos Municipais de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros — e descrever os principais entraves enfrentados segundo as percepções dos gestores.

O campo empírico foi delimitado a seis municípios do norte de Goiás: Minaçu, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Uruaçu, Niquelândia e Goianésia, integrantes do 8.º Comando Regional Bombeiro Militar. A seleção foi motivada por contato prévio com as administrações locais e pela relevância prática das unidades. Para preservar a identidade dos participantes, os dados foram apresentados de forma agregada, sem identificação da cidade, gestor ou comando.

A amostragem foi intencional, conforme Marconi e Lakatos (2016), priorizando sujeitos com experiência direta e relevante ao objeto da pesquisa, garantindo a pertinência das informações.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com seis gestores responsáveis pelas licitações nos respectivos municípios. Essa técnica, recomendada por Gil (2017), combinou um roteiro base com flexibilidade para explorar temas emergentes. As entrevistas trataram de tópicos como entraves licitatórios, registros de problemas, capacitação das equipes, relação com o Corpo de Bombeiros, melhorias implementadas e dificuldades comuns.

O processo incluiu contato com os participantes, agendamento, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, realização presencial das entrevistas, gravação (com autorização) e posterior transcrição. As entrevistas ocorreram entre março e abril de 2025.

A análise foi conduzida com base na análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), utilizando categorização temática para identificar núcleos de sentido nas falas. As etapas seguiram: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

Como técnica complementar, realizou-se pesquisa bibliográfica com base em autores que tratam das licitações públicas e da nova legislação, como Justen Filho (2023), Jacoby Fernandes (2023) e a Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021), que embasaram teoricamente a análise.

Os dados das entrevistas foram sistematizados em um quadro síntese, com base na recorrência e relevância dos núcleos de sentido. Cada categoria temática apresenta o problema identifi-



cado, os gestores que o relataram, falas representativas e os impactos sobre o processo licitatório, proporcionando visibilidade, comparabilidade e clareza aos resultados.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Com base nas entrevistas com gestores municipais envolvidos nos processos licitatórios dos Fundos Especiais Municipais para Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, os dados foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A análise seguiu três etapas: pré-análise (leitura flutuante e organização), exploração (codificação das falas em unidades de significado) e tratamento (categorização e interpretação dos achados à luz dos objetivos e do referencial teórico).

A categorização temática permitiu identificar oito núcleos de sentido recorrentes, sistematizados em quadro síntese contendo: o problema relatado, os gestores que o mencionaram, falas representativas e os impactos observados. Em conformidade com a NBR 14724:2023, os dados empíricos foram apresentados em quadro síntese e acompanhados de análise crítica articulada aos objetivos do estudo e ao referencial teórico.

Os resultados evidenciam entraves especialmente na fase preparatória das licitações, na capacitação dos servidores e na formalização dos procedimentos, confirmando a hipótese de que tais dificuldades são estruturais e recorrentes na gestão municipal, particularmente na aplicação dos recursos do Fundo Especial.

##### **4.1 Quadro de entraves nos processos licitatórios – análise qualitativa**

O quadro a seguir sistematiza os entraves identificados na pesquisa empírica com base nas entrevistas com gestores municipais. Cada categoria apresenta um problema recorrente, uma fala representativa e os impactos observados sobre o processo licitatório. A discussão teórica correspondente é apresentada após o quadro, conforme as orientações para artigos científicos.

Ainda que categorias como “comunicação deficiente” e “falta de capacitação” sejam comuns em estudos sobre gestão pública, este trabalho as analisa a partir das especificidades dos Fundos Especiais Municipais voltados à segurança pública. Nessa realidade, tais entraves



assumem contornos próprios, relacionados à aplicação direta dos recursos em atividades operacionais de alta complexidade e risco.

As letras (A),(F),(E) indicam os gestores entrevistados, identificados de forma anônima conforme a ordem das entrevistas, para preservar suas identidades e garantir o sigilo da pesquisa.

### Quadro 1 - Síntese dos Entraves

<b>Categoria do Problema</b>	<b>Problema identificado</b>	<b>Fala Representativa</b>	<b>Impacto Observado</b>
Fase preparatória deficiente	Ausência de planejamento estruturado	“Grande entrave ele se dá na fase preparatória.” (A)	Atrasos, retrabalho e insegurança na execução
Especificações técnicas inadequadas	Especificações técnicas incompletas, genéricas ou restritivas	“Nem a gente que vai fazer o processo, entende?.” (F)	Favorecem impugnações, geram dúvidas e falhas nas entregas
Comunicação deficiente	Necessidade de explicação constante	“A gente orienta, explica.” (E)	Gera retrabalho, risco de aquisição inadequada e atrasos no processo
Dificuldade na pesquisa de preço	Dificuldades de manuseio dos portais e dependência de fornecedores	“A grande dificuldade dela é manusear mesmo os próprios portais.”(A)	Compromete a pesquisa de preços e reduz a competitividade
Participação de empresas inaptas	Empresas sem qualificação técnica participam e são desclassificadas durante o processo	“Praticamente todos os pregões a gente lida com isso.” (F)	Prejuízos à eficiência, insegurança jurídica e risco de inabilitação ou fracasso.
Falhas na fiscalização e recebimento de materiais	Ausência de controle técnico eficaz no recebimento dos materiais contratados	“Às vezes não é culpa do município, mas é por culpa da empresa.” (E)	Entregas inadequadas, falhas no controle e ausência de responsabilização
Ausência de registros formais	Ausência de formalização dos problemas ocorridos nos processos de aquisição	“A gente nunca fez esse registro.” (F)	Falta de rastreabilidade, responsabilização frágil e falhas recorrentes.
Deficiência de capacitação técnica	Ausência de capacitação específica sobre licitações e particularidades do Fundo	“Não tenho conhecimento de nenhum curso desse.” (E)	Erros técnicos, insegurança jurídica, retrabalho e dependência técnicas

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

## 4.2 Entraves licitatórios

As categorias a seguir foram construídas com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), que propõe a identificação de “núcleos de sentido” ideias centrais recorrentes nas falas, que revelam padrões do problema estudado. Esses núcleos, extraídos das entrevistas, evidenciam



aspectos da realidade enfrentada pelos gestores e indicam os principais entraves nas licitações municipais.

#### 4.2.1 Fase preparatória deficiente

Esta categoria está diretamente ligada ao primeiro objetivo específico, pois aborda a ausência de planejamento técnico adequado na fase inicial da licitação apontada por diversos gestores. A fase preparatória, conforme a Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021), é o momento de elaborar os Estudos Técnicos Preliminares, realizar a pesquisa de preços e definir com clareza o objeto da contratação. Os entrevistados evidenciaram uma percepção crítica sobre a falta de estrutura e de critérios técnicos para essa etapa. A fala “Grande entrave ele se dá na fase preparatória” (Gestor A) confirma que, mesmo reconhecendo sua importância, os municípios ainda enfrentam dificuldades para estruturá-la de forma adequada.

O núcleo de sentido identificado refere-se à ausência de rotinas claras e de instrumentos práticos para conduzir essa fase com segurança. Os dados indicam que, embora os gestores compreendam sua relevância, faltam normas locais, capacitação técnica e tempo hábil para a execução adequada. Como consequência, ocorrem retrabalhos, devoluções e insegurança na definição do objeto, comprometendo toda a cadeia licitatória.

Autores como Bittencourt (2024) e Di Pietro (2014) destacam que falhas na fase preparatória comprometem o restante do processo, resultando em nulidades, baixa competitividade e aquisições ineficientes. Nos Fundos Especiais, esse impacto é ainda mais sensível, pois envolve bens essenciais à atividade operacional, como viaturas, EPIs e equipamentos de salvamento. A ausência de planejamento qualificado compromete não só a legalidade formal, mas a efetividade da política pública de segurança.

#### 4.2.2 Especificações técnicas inadequadas ou restritivas

Esta categoria também se vincula ao primeiro objetivo específico, ao revelar que falhas na descrição técnica do objeto comprometem significativamente o sucesso das contratações. Segundo os gestores, muitas vezes nem os próprios responsáveis pelo termo de referência compreendem plenamente o que estão especificando. A fala “Nem a gente que vai fazer o processo, entende?” (Gestor F) ilustra essa insegurança.



O núcleo de sentido aqui identificado se refere à fragilidade técnica na definição do objeto, agravada pela falta de capacitação e pelo distanciamento entre quem demanda e quem redige os documentos. No caso dos Fundos Especiais, que envolvem aquisições de equipamentos operacionais, esse problema se torna ainda mais crítico. Especificações genéricas ou excessivamente restritivas aumentam o risco de impugnações, entregas inadequadas e falhas operacionais.

Justen Filho (2023) ressalta que erros na descrição técnica afetam não apenas a entrega do item adequado, mas também violam princípios da legalidade e da vantajosidade. Assim, o impacto é técnico e jurídico. As falas dos gestores reforçam o que aponta a literatura: é essencial integrar áreas técnicas e administrativas e contar com pessoas capacitadas para elaborar termos de referência claros, objetivos e ajustados à realidade local.

#### 4.2.3 Comunicação deficiente

Esta categoria se relaciona ao segundo objetivo específico, ao demonstrar como a falta de diálogo claro entre os setores envolvidos na licitação prejudica o andamento dos processos. As entrevistas revelaram falhas na comunicação entre o setor requisitante e o setor responsável pela execução da licitação. A fala “A gente orienta, explica” (Gestor E) evidencia a repetição de instruções e a ausência de fluxos institucionais bem definidos.

O núcleo de sentido aqui identificado se refere à desarticulação interna e à sobrecarga dos servidores, que, diante da falta de processos estruturados, recorrem ao esforço individual para superar lacunas institucionais. Nos Fundos Especiais, esse problema se agrava, pois os bens contratados geralmente são específicos e técnicos como EPIs, equipamentos operacionais ou ferramentas de resgate. Sem uma comunicação eficaz entre a área operacional e a área administrativa, surgem distorções na especificação do objeto, atrasos e retrabalho.

Jacoby Fernandes (2023) destaca que uma comunicação institucional estruturada é essencial para garantir agilidade, segurança e alinhamento nas contratações. Quando inexistem canais formais como reuniões técnicas, checklists ou formulários padronizados, o risco de contratações mal conduzidas aumenta, fragilizando todo o fluxo licitatório.

#### 4.2.4 Dificuldade na pesquisa de preço



Esta categoria está diretamente vinculada ao primeiro objetivo específico, ao abordar um dos entraves técnicos mais recorrentes: a dificuldade dos municípios em realizar uma pesquisa de preços eficiente e segura. A fala “A grande dificuldade dela é manusear mesmo os próprios portais” (Gestor A) evidencia que o problema vai além do acesso às ferramentas digitais, refletindo limitações técnicas e falta de familiaridade com sistemas como o Painel de Preços e o ComprasNet.

O núcleo de sentido identificado nesta categoria refere-se à limitação técnica dos servidores, à dificuldade no manuseio de sistemas digitais obrigatórios e à baixa resposta dos fornecedores, especialmente em itens de natureza técnica. Outro obstáculo citado pelos gestores é a baixa resposta de fornecedores aos pedidos de cotação, especialmente em itens técnicos e específicos comuns nos Fundos dos Bombeiros. Isso torna o processo mais demorado, frágil e sujeito a inconsistências, com risco de impugnação ou fracasso por ausência de propostas válidas.

Bittencourt (2024) destaca que uma pesquisa de preços bem conduzida é a base de uma contratação vantajosa e segura. Justen Filho (2023) complementa que estimativas mal elaboradas comprometem a economicidade e abrem margem para questionamentos jurídicos.

A análise indica que essa dificuldade resulta da combinação entre domínio limitado dos sistemas, escassez de fornecedores qualificados e ausência de estratégias institucionais, como banco de preços atualizado ou articulação intermunicipal. Superar esse entrave exige capacitação técnica, rotinas estruturadas e suporte da gestão central.

#### 4.2.5 Participação de empresas inaptas

Esta categoria está diretamente relacionada ao primeiro objetivo específico, pois demonstra como a participação recorrente de empresas inaptas compromete a eficiência das aquisições. A presença de fornecedores sem qualificação técnica adequada aumenta o risco de desclassificações, atrasos, disputas jurídicas e até fracasso da licitação, comprometendo a regularidade e a efetividade do processo de contratação. A fala “Praticamente todos os pregões a gente lida com isso” (Gestor F) ilustra a frequência desse problema. O núcleo de sentido identificado refere-se à fragilidade dos critérios de habilitação e à baixa atratividade dos editais, que não conseguem filtrar previamente fornecedores realmente aptos.



Mesmo quando os editais seguem a legislação, muitos não exigem qualificações compatíveis com a complexidade do objeto, especialmente nos Fundos Especiais. Assim, empresas sem capacidade técnica participam, são desclassificadas ou atrasam a execução, levando, em alguns casos, ao fracasso do certame.

Bittencourt (2024) destaca a importância de uma fase interna bem estruturada, com critérios objetivos, claros e proporcionais. Justen Filho (2023) reforça que a qualificação do fornecedor não pode ser genérica, especialmente em contratações técnicas, como ocorre nos Bombeiros, onde se exige experiência, documentação adequada e capacidade de entrega.

A análise indica que a mera publicação do edital não resolve a questão. É necessário revisar os critérios técnicos, capacitar as comissões de licitação e adotar estratégias que atraiam fornecedores qualificados, assegurando segurança jurídica, competitividade e eficiência.

#### 4.2.6 Falhas na fiscalização e no recebimento de materiais

Esta categoria está vinculada ao primeiro objetivo específico, pois evidencia como a ausência de controle técnico no recebimento dos materiais compromete diretamente a qualidade e a efetividade das contratações públicas. A fala “Às vezes não é culpa do município, mas é por culpa da empresa” (Gestor E) ilustra que, embora o material tenha sido conferido, a verificação foi insuficiente para garantir o cumprimento das especificações do contrato

O núcleo de sentido identificado refere-se à ausência de uma fiscalização técnica padronizada, capaz de identificar desvios e exigir conformidade dos bens entregues. Apesar de ser uma etapa obrigatória prevista em lei, os dados mostram que muitos municípios carecem de servidores capacitados e de protocolos claros para avaliar a qualidade dos materiais.

Nos Fundos Especiais, voltados à segurança pública, essa fragilidade se agrava, pois os bens adquiridos como EPIs, viaturas e equipamentos de salvamento — devem atender a requisitos técnicos rigorosos. Receber produtos fora do padrão compromete a prestação do serviço e a segurança das equipes.

Di Pietro (2014) ressalta que o recebimento é uma fase crítica, pois consolida a obrigação contratual. Bardin (2016) complementa que a falta de controle técnico evidencia falhas institucionais que afetam a responsabilização e a melhoria contínua.



A análise indica que, sem procedimentos definidos, os municípios acabam aceitando entregas fora do padrão, sem penalizar fornecedores, o que enfraquece o sistema de compras públicas. Instituir rotinas formais de conferência técnica, com registro e responsabilização, é fundamental para garantir a integridade do processo.

#### 4.2.7 Ausência de registros formais dos problemas

Esta categoria se relaciona ao primeiro e ao terceiro objetivo específico, ao evidenciar que a ausência de registros sistemáticos sobre os problemas enfrentados nas licitações compromete tanto a eficiência das aquisições quanto o aprendizado institucional necessário para corrigir falhas futuras. A fala “A gente nunca fez esse registro” (Gestor F) revela uma prática comum: os erros são percebidos, mas não formalmente documentados.

O núcleo de sentido identificado refere-se à informalidade na gestão da informação e à ausência de mecanismos estruturados de controle interno. Na prática, atrasos, entregas inadequadas e fornecedores reincidentes não são anotados nem penalizados, dificultando o rastreamento e a prevenção de falhas recorrentes.

Bardin (2016) ressalta que o aprendizado organizacional depende da sistematização das experiências vividas, incluindo erros. Já a Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021) exige que a administração pública atue com transparência e controle princípios prejudicados pela ausência de documentação formal.

Nos Fundos Especiais, onde os recursos são limitados e os itens contratados impactam diretamente a segurança pública, a falta de registros agrava os riscos e impede a avaliação da efetividade das compras. Sem memória institucional, não há base para melhorias futuras.

Assim, instituir rotinas mínimas de registro como planilhas, relatórios ou formulários padronizados é essencial para fortalecer a governança, evitar falhas repetidas e embasar decisões mais eficientes.

#### 4.2.8 Deficiência de capacitação técnica

Esta categoria está diretamente ligada ao segundo objetivo específico, ao mostrar como a falta de formação adequada compromete a autonomia técnica dos gestores e enfraquece a



qualidade dos processos licitatórios. Todos os entrevistados relataram não ter recebido capacitação específica sobre licitações públicas ou sobre o Fundo Especial. A fala “Não tenho conhecimento de nenhum curso desse” (Gestor E) expressa o sentimento de despreparo frente às exigências da nova legislação.

O núcleo de sentido identificado refere-se à ausência de formação técnica e à insegurança na tomada de decisão. Em muitos municípios, os servidores acumulam funções, atuam com base na experiência empírica e dependem do setor jurídico para conduzir os procedimentos. Essa falta de autonomia aumenta o risco de erros e reduz a eficiência das contratações.

A ausência de capacitação técnica, especialmente em processos que envolvem equipamentos operacionais com requisitos específicos, amplia os riscos de prejuízo ao erário, reduz a efetividade das contratações e pode comprometer a segurança dos usuários finais .

Nos Fundos Especiais, onde os itens adquiridos envolvem aspectos técnicos específicos como resistência de materiais, compatibilidade operacional e atendimento a normas de segurança a ausência de capacitação representa um risco ainda maior. Contratações mal elaboradas, com especificações imprecisas ou análise técnica frágil, podem resultar em prejuízo ao erário, baixa efetividade e até riscos operacionais para os usuários finais.

Justen Filho (2023) destaca que a qualificação dos agentes é essencial, sobretudo em processos com exigências técnicas. Bardin (2016) aponta que a falta de preparo profissional é um núcleo de sentido que revela fragilidade institucional e dificulta o aprimoramento dos processos e da cultura de eficiência.

A análise indica que a formação contínua dos servidores é condição indispensável para que os municípios cumpram os requisitos legais com segurança e realizem contratações mais vantajosas e eficazes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os entraves identificados ao longo da pesquisa distribuem-se por diferentes etapas do processo licitatório, com destaque para a fase preparatória, especialmente quanto às dificuldades relatadas na definição das especificações técnicas. Em alguns municípios, também foram observadas falhas na pesquisa de preços e na habilitação de fornecedores. Além disso, constatou-se a presença de problemas relevantes na fiscalização das entregas e na ausência de registros



formais, comprometendo a agilidade, a legalidade e a efetividade das contratações com recursos do Fundo Especial dos Bombeiros.

Diante desse cenário, o estudo propõe três ações prioritárias, consideradas viáveis e de aplicação imediata:

- a) Criação de um sistema simples e padronizado de registro de entraves, que permita o acompanhamento sistemático das falhas, favorecendo controle, rastreabilidade e melhoria das práticas administrativas;
- b) Capacitação específica dos servidores para elaboração de termos de referência e especificações técnicas, com foco na fase preparatória, cuja fragilidade compromete o processo licitatório como um todo e também na fase de recebimento;
- c) Formalização da designação de um responsável técnico vinculado ao Fundo, para o recebimento dos materiais contratados, assegurando controle de qualidade e evitando o uso inadequado dos recursos públicos.

Optou-se por não propor soluções para todos os oito entraves mapeados, não por omissão, mas por estratégia: alguns desafios são estruturais e extrapolam a governabilidade municipal, exigindo articulações institucionais mais amplas. Assim, priorizar medidas práticas e de impacto direto reforça o compromisso desta pesquisa com a realidade administrativa local.

Recomenda-se, portanto, que as soluções sugeridas sejam testadas e acompanhadas institucionalmente, permitindo ajustes conforme as realidades locais.

Como limitação metodológica, destaca-se o recorte amostral restrito a seis municípios do norte goiano, o que inviabiliza a generalização dos resultados. Por se tratar de uma abordagem qualitativa, os dados refletem percepções específicas dos gestores entrevistados, oferecendo contribuições interpretativas relevantes, ainda que não representativas.

Espera-se que os achados sirvam de base para a adoção de novas práticas administrativas, incentivem o debate institucional e orientem futuras pesquisas voltadas à melhoria da eficiência, da governança e da transparência nos processos de contratação pública com recursos dos Fundos Especiais.

Nesse sentido, apresenta-se, como Apêndice, uma proposta de curso técnico voltado à qualificação de servidores municipais e gestores militares envolvidos nas licitações do Fundo Especial dos Bombeiros. O conteúdo aborda pontos críticos identificados no estudo e visa fortalecer a atuação institucional por meio de formação



prática e articulada com a realidade local. Sua execução dependerá do interesse das prefeituras e do Corpo de Bombeiros, podendo ser viabilizada por meio de parcerias institucionais conforme a realidade e a disponibilidade local.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:2023** – Informação e documentação: diretrizes para apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:2023** – Informação e documentação: trabalhos acadêmicos apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:2023** – Informação e documentação: referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Lei nº 14.133/2021 e a obrigatoriedade de capacitação do fiscal de contratos administrativos. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, v. 153, n. 1, p. 190–207, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/2126>. Acesso em: 19 maio 2025.

BITTENCOURT, Sidney. **Nova Lei de Licitações passo a passo**: comentando artigo por artigo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

BOLIGON, Isabelle da Silva. **Desafios da implementação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito municipal sob a percepção dos agentes públicos envolvidos no processo**. Orientador: Cristiano Sausen Soares. 2024. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/33613>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm). Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abr. 2021. Seção 1. Disponível em:



[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em: 19 maio 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1998.

CAMPOS BELOS (GO). **Lei nº 1.352, de 19 de outubro de 2020**. Cria o Fundo Especial Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - FEMBOM - Campos Belos. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fJNT9>. Acesso em: 11 maio 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

JACOBY FERNANDES, Ana Luiza; JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; JACOBY FERNANDES, Murilo. **Contratação direta sem licitação na nova Lei de Licitações: Lei nº 14.133/2021**. 11. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOIÁS (Estado). **Lei Complementar nº 77, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado de Goiás. Alterada pela Lei Complementar nº 144, de 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=293305>. Acesso em: 11 maio 2025.

GOIÁS (Estado). Lei nº 18.305, de 30 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, GO, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/90460/pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

JACCOUD, Luciana. **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-005-9>. Acesso em: 11 maio 2025.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: <https://www.justenfilho.com.br/livros/comentarios-a-lei-de-licitacoes-e-contratacoes-administrativas>. Acesso em: 11 maio 2025.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MIOTTO, Marcos Vinícius de Jesus; COSTA, Luis Felype Fonseca; PIRES, Arthur. Governança e controle das contratações públicas: perspectivas e desafios da implementação da segregação de funções nas licitações. **CONPEDI Law Review**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 73-87, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/10705>. Acesso em: 16 mar. 2025.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

PEREIRA, Juliana da Rocha *et al.* Os desafios do controle interno no novo marco regulatório das contratações públicas. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, v. 154, n. 1, p. 78-102, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/2051>. Acesso em: 10 maio 2025.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 4-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, Magno Antônio da. O conceito de eficiência aplicado às licitações públicas: uma análise teórica à luz da economicidade. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, DF, v. 40, n. 113, p. 71-84, set./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/367>. Acesso em: 19 maio 2025

SILVA, Queila Israel da. **Planejamento e controle das contratações**: objetivando aumentar a eficiência e eficácia na administração pública. [s.l.]: JusPodivm, 2024. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/planejamento-e-controle-das-contratacoes-objetivando-aumentar-a-eficiencia-e-eficacia-na-administracao-publica>. Acesso em: 11 maio 2025.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/w75TqBF3yjv4JHqyV65vcjb/>. Acesso em: 11 maio 2025.

ULHOA, Tatiana *et al.* Critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas: uma análise a partir da ótica dos agentes de compras da UnB. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, Miami, v. 18, n. 10, p. 1-20, out. 2024. Disponível em: <https://www.rgsa.org.br/criticossustentabilidadeunb2024.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.



## APÊNDICES

### CURSO ESTRATÉGICO VOLTADO PARA AS LICITAÇÕES DO FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS

#### 1 Objetivo Geral

Capacitar os agentes públicos para identificar, prevenir e solucionar os principais entraves técnicos, administrativos e legais nos processos licitatórios financiados pelos Fundos Especiais dos Bombeiros, com base nas exigências da Lei nº 14.133/2021 e na realidade operacional da Corporação.

#### 2 Objetivos Específicos

- Planejar adequadamente a fase preparatória, conforme o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
- Redigir termos de referência robustos, claros e objetivos, com base na realidade técnica dos Corpos de Bombeiros.
- Executar pesquisa de preços com segurança metodológica e jurídica.
- Avaliar e mitigar riscos de participação de empresas inaptas.
- Aplicar controle efetivo no recebimento de materiais.
- Estruturar registros formais de falhas e desenvolver indicadores.
- Integrar comunicação institucional e padronizar rotinas entre setor administrativo e operacional.
- Construir banco de dados locais com modelos e documentos padronizados.

#### 3 Matriz Curricular e Conteúdos Programáticos

<b>Módulo</b>	<b>Título</b>	<b>Conteúdo-chave</b>	<b>Carga Horária</b>
1	Diagnóstico Institucional Planejamento da Licitação	e Fase preparatória conforme art. 18 da Lei nº 14.133; ETP; plano de contratações; definição clara de objeto	8h



<b>Módulo</b>	<b>Título</b>	<b>Conteúdo-chave</b>	<b>Carga Horária</b>
		com base na demanda operacional do CBMGO	
2	Termo de Referência e Especificações Técnicas Aplicadas ao fundo com foco na realidade operacional	Como redigir TR; critérios objetivos; exigências técnicas mínimas; alinhamento com normas de segurança operacional (EPIs, viaturas, resgates)	8h
3	Pesquisa de Preços e Valor Estimado	Métodos válidos; portais oficiais (Painel de Preços, BLL, Comprasnet); registros de consulta a fornecedores; jurisprudência do TCU	6h
4	Habilitação de Fornecedores e Prevenção à Participação de Empresas Inaptas	Documentação, qualificação técnica específica, análise de riscos, cláusulas restritivas legais, uso de TRs que aumentam atratividade	6h
5	Fiscalização e Recebimento de Materiais Operacionais	Boas práticas; roteiro de conferência de técnica; POP de recebimento; elaboração de laudo técnico; responsabilização contratual	6h
6	Registro Formal de Entraves e Controle Interno Municipal	Criação de checklists e formulários padronizados, modelo de relatório de falhas, sistemas de rastreabilidade e accountability	6h
7	Comunicação entre Setores e Cooperação Técnica-administrativa	Estratégias de alinhamento entre setor de compras e operacional, institucionalização de reuniões técnicas, fluxogramas e mapas de processo	6h



<b>Módulo</b>	<b>Título</b>	<b>Conteúdo-chave</b>	<b>Carga Horária</b>
8	<b>Oficinas Práticas e Estudo de Casos</b>	Redação de TR real baseado em demanda do CBM; simulação de recebimento de material; identificação de riscos em processo fictício	10h
<b>Total</b>	—	—	<b>60h</b>

#### 4 Metodologia

- Aulas expositivas dialogadas com resolução de problemas reais.
- Estudos de caso baseados nos municípios da pesquisa.
- Oficinas práticas com simulações completas de licitações dos Fundos Especiais.
- Aplicação de modelos oficiais do TCU e da CGU adaptados à realidade local.
- Utilização de formulários padronizados, roteiros de verificação técnica e ferramentas de gestão documental.

#### 5 Avaliação

- Atividades práticas (estudo de caso, preenchimento de ETP, TR e roteiro de fiscalização).
- Elaboração individual de um plano de ação para o município do participante.
- Prova final com questões dissertativas e análise de caso.

#### Bibliografia Recomendada

- BRASIL. Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações
- BITTENCOURT, Sidney. *Nova Lei de Licitações Passo a Passo*. Fórum, 2024
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos*. RT, 2021
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, 2016
- JACOBY FERNANDES, Jorge. *Contratação Direta sem Licitação*. Fórum, 2023



## ANEXOS

### **1 Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

#### **2 Transcrição das Entrevistas**

#### **3 Termo Livre Esclarecimento**

### **Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

#### **Entraves nas Licitações do Fundo Municipal de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros**

##### **Perfil do Entrevistado:**

Município: \_\_\_\_\_

Entrevistado: (código) \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

##### **1. Perfil do Entrevistado**

Para começarmos, você poderia me contar qual é a sua função atual na administração municipal e há quanto tempo atua nessa área?

Você já trabalhou anteriormente com processos licitatórios? Em que contexto?

Sua formação acadêmica tem relação com sua atuação nas licitações? Você acredita que isso contribui para a eficiência no processo? Poderia dar um exemplo?

##### **2. Entraves nos Processos Licitatórios**

Pensando nos processos licitatórios ligados ao FEMBOM, quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo seu município?

Poderia citar um exemplo concreto? Como isso impactou o andamento da licitação?

Como é a comunicação entre o município e o Corpo de Bombeiros na fase de planejamento? Ela costuma ser clara? Já ocorreu de os materiais solicitados não atenderem à real necessidade da Corporação? O que teria evitado esse tipo de problema?

O que teria ajudado a evitar esse tipo de problema?



Como vocês recebem as especificações dos materiais que precisam ser adquiridos? Essas informações vêm detalhadas e fáceis de entender? Quais dificuldades vocês enfrentam nesse ponto?

Na hora de fazer a pesquisa de preços, é difícil encontrar fornecedores qualificados? Você pode comentar algum caso em que isso foi um problema?

Durante o processo licitatório, já ocorreu de empresas participarem sem atender aos requisitos técnicos exigidos? Como o município lidou com essa situação?

Na fase de recebimento dos materiais, como é feita a conferência dos produtos? Já houve problemas com a qualidade dos materiais entregues?

O município já precisou devolver ou solicitar substituição? Como foi resolvido? Existem registros

### **3. Capacitação Técnica e Sugestões de Melhoria**

.A equipe responsável pelas licitações do FEMBOM no seu município possui conhecimento técnico suficiente para lidar com a especificidade dos materiais do Corpo de Bombeiros ou de outros fundos ?

Se não, quais são as maiores dificuldades enfrentadas?

O município já participou de capacitações voltadas à área de segurança pública ou às especificações técnicas dos materiais adquiridos para o FEMBOM ?

Se sim, como foi a experiência? Se não, acredita que esse tipo de capacitação ajudaria?

Quais mudanças ou sugestões você considera importantes para melhorar as licitações do FEMBOM no seu município?

Que tipo de capacitação ou apoio seria mais eficaz? Como o diálogo com o Corpo de Bombeiros poderia ser fortalecido?

**Pergunta aberta**



“Se o senhor tivesse carta branca para mudar qualquer coisa no processo de licitação do FEMBOM, o que mudaria primeiro?”

Há mais alguma informação que você considera importante compartilhar sobre esse tema?

## **2 Transcrições das entrevistas (GESTOR A,B,C,D,E,F )**

### **GESTOR A**

**14 de abr. de 2025, 11 12 20**

[ Pesquisador ]

Bom dia, a gente hoje vamos entrevistar aqui a gestora responsável pelas licitações. Máisa, pra começar a gente poderia contar qual a sua função na administração atual e quanto tempo você atua nessa área?

[ Gestor A ]

Eu hoje atuo como agente de contratação do município. Tô indo aí já pra quase dois anos dentro do local, dentro do departamento de licitação. Mas durante quase 15 anos de servidora pública, sempre atuei na parte administrativa e especificamente solicitação.

E gerenciamento de processos de solicitação, de compra e pagamento do dentro do município.

[ Pesquisador ]

Certo. Mas assim, você já trabalhou anteriormente com processos licitatórios, em qual contexto?

[ Gestor A ]

Aqui eu trabalho em todos os contextos, desde uma licitação de material expediente. Aqui eu trabalho em todos os contextos, desde um processo de material expediente até os mais complexos, que é de obras, limpeza urbana, como um todo.

[ Pesquisador ]

Tranquilo. Beleza. A sua formação acadêmica tem relação com atuação nas licitações?



Você acredita que isso contribui pra eficiência no processo? Pode dar algum exemplo?

[ Gestor A ]

A minha formação acadêmica eu tenho, na minha primeira graduação eu sou formada em enfermagem. Especialista em gestão e auditoria de serviços de saúde. Que querendo ou não, é necessário a gente entender um pouco de fluxo, de processo.

Até porque o auditor hoje ele analisa esses processos, chega uma demanda pra ele que ele precisa resolver. E ele precisa, na auditoria a gente entende o contexto do processo. Sou pedagoga, formada em psicopedagogia, especialista em psicopedagogia clínica e institucional.

E área hospitalar também, nessa parte aí também. E atualmente eu curto o curso de direitos.

[ Gestor A ]

Vai ficar muitas noites olhando aqui.

[ Pesquisador ]

Esse papel da sala também tem muita coisa. Deixa eu extravar aqui.

Pois é, Maísa, agora a gente vai falar sobre os entrados no processo licitatório. E pensando nesse processo ligado ao FEMBOM, quais tem sido os principais desafios enfrentados pelo município em relação às licitações, às compras?

[ Gestor A ]

Em relação ao processo licitatório, compras no geral, eu quero deixar como ressalva que hoje um dos grandes entraves não só no setor da FEMBOM, mas também em outros setores da realidade, outros setores até porque a regra não foge do seu passo a passo de montar um processo. Hoje o grande entrave ele se dá na fase preparatória. Desde a solicitação daquela demanda, desde a elaboração de um estudo técnico preliminar, o que realmente eu preciso compor, que componentes eu tenho que ter ali no estudo técnico para que um bom termo de referência seja elaborado através de um bom estudo técnico preliminar.



E a partir daí eu segui com o meu processo até o recebimento desse produto ou dessa mercadoria em si. Lembrando que o recebimento dela, o comprometimento da qualidade, ela se dá desde quando eu elaboro um documento inicialmente, que ele não me dá clareza, tanto aqui para nós da licitação quanto para o fornecedor entender o que realmente o órgão quer e precisa.

[ Pesquisador ]

Poderia dar algum exemplo que impactou no andamento de alguma licitação ou não?

[ Gestor A ]

Eu posso dar um exemplo, por exemplo, de repente eu quero, eu preciso que a demanda de papel, existe hoje por exemplo algumas empresas que não puxam qualquer papel. Hoje nós temos, esse é um exemplo. Ah, mas o papel resmo de Chamex só serve da marca Chamex, mas o que a gente sugere?

Lá na elaboração desse processo, lá no início a gente sugere, a gente pode colocar um campuzinho, colocar as marcas sugeríveis, desde que eu não posso, não posso especificar a marca, mas eu posso colocar, fala ó, marca sugerível da qualidade tal, tal, tal ou superior.

[ Pesquisador ]

Certo. Maisa, em relação a comunicação entre município e corpo de bombeiros na fase de planejamento, ela costuma ser clara, já ocorreu de material solicitado não atender a real necessidade da cooperação? Pode ser evitado?

Como poderia ter sido evitado esse tipo de problema?

[ Gestor A ]

A comunicação entre o corpo de bombeiro e o município, ela existe, de fato, porém a gente tem algumas nuances no sentido, às vezes, de repente não vira a mercadoria que o próprio órgão pediu, ou às vezes, de repente, no momento da empresa entregar, ela não entregar o produto que realmente ele pediu, e a gente tem tentado de uma forma mais comum, que acredito que não deveria ser, até porque o certo é deixar um registro, uma forma amigável, às vezes a gente entra em contato com a empresa, envia e envia e-mail falando que o produto que estava lá, descrito,



não é aquele. A gente não sabe se esse impasse se dá pelo fato da empresa não ter entendido o que realmente o órgão precisa, ou às vezes realmente se agiu de má fé.

[ Pesquisador ]

Certo. Como que vocês recebem as especificações dos materiais que precisam ser adquiridos? Essas informações vêm detalhadas e fáceis de compreender, e quais as dificuldades que vocês enfrentam com esse ponto?

[ Gestor A ]

Essas informações, as descrições, elas teriam que vir já detalhadas desde a DFD, que a gente chama de Documentação de Formalização de Demanda, e também ela tem que constar na sua pesquisa na ITP, no Estudo Técnico Preliminar. Lembrando que quando a gente recebe um processo, a gente não muda a especificação. A gente só pode fazer isso, na verdade a gente nem faz isso, a gente devolve o processo se tiver algum problema, porque o próprio gestor é ele que tem que fazer essa alteração.

E em relação às especificações, hoje eu acredito que seja uma grande dificuldade do órgão demandante, porque, por exemplo, eu quero um computador que ele tem tal x especificação, e aí essa tal x especificação vamos supor que ela seja da Aipom, um exemplo. Mas aí o que que acontece? Mas eu não vou colocar lá a marca Aipom, mas eu vou colocar a especificação da Aipom.

Só que dentro daquela especificação eu vou ter um direcionamento que só a Aipom me atende. Por isso que é necessário, quando a gente vai elaborar um Estudo Técnico Preliminar, como o nome diz, já é questão técnica, eu tenho que ter um respaldo de uma pessoa mais técnica, eu não necessariamente que elabore a CTP, preciso ser técnica, mas eu preciso de um respaldo técnico. No caso de pedir um material de informática, quem que vai me garantir que o computador que eu preciso realmente me atende?

A especificação é o técnico. Esse aqui é uma especificação básica e que vai ter aí no mercado 3, 4, 5 marcas que vai te atender.

[ Pesquisador ]



Entendi.

[ Gestor A ]

Qual que foi a outra pergunta?

[ Pesquisador ]

É, acho que você respondeu muito bem, Maisia, sobre essa questão. Agora, na hora de fazer pesquisa de preço, é difícil de encontrar fornecedor qualificado, você pode comentar algum caso?

[ Gestor A ]

A pesquisa de preço com a mudança da lei, da 8.666, que agora vigora literalmente a 14.133, lá no artigo 23 é obrigatória a pesquisa de preço. A pesquisa de preço, hoje nós temos os painéis que facilitam a questão da gente entender como que se esse valor que a gente foi orçado lá, logo após que elaborou a sua demanda, se realmente ele está de comum acordo se as empresas estão vendendo realmente naquela faixa de preço. Essa pesquisa de preço, por ela ser obrigatória, às vezes a pessoa tem dificuldade, a grande dificuldade dela é manusear mesmo os próprios portais.

Existem algumas plataformas que são pagas, alguns órgãos até adquirir essas plataformas. Mas hoje nós temos o PNCP, nós temos o painel de preço, nós temos os próprios contratos, como agora os contratos, registros e atos têm que ser publicados, a gente tem ele também como ferramenta que nos auxilia muito. Agora, o que eu tenho que atentar é que a minha pesquisa de preço, ela não pode ser muito fora daquilo que eu especifiquei, porque senão eu não estou ali colocando o meu processo a público para que a empresa vá falar se não realmente tem possibilidade de eu atender o órgão demandante, inclusive o próprio município.

[ Pesquisador ]

Entendi. Durante o processo licitador, já ocorreu de empresa participar sem atender os requisitos técnicos exigidos? E como o município lidou com essa situação?

[ Gestor A ]

Sim, nos processos licitatórios e nos processos de compra de pequeno vulto, o que ganha realmente não é o que é oferta menor preço, e sim a empresa que ela esteja qualificada



tecnicamente, e para que a gente habilite essa empresa, ela tem alguns requisitos que eles têm que seguir, por exemplo, a compra de pronto atendimento, a certidão está em dias, no processo estatal a gente pesquisa como que está essa empresa perante aos órgãos externos, de fiscalização, por exemplo, TCM, AGU, porque às vezes ela não tem alguma sanção aplicada, porque quando a empresa já tem alguma sanção aplicada, tem alguma certidão positiva, isso já mostra que a empresa já tem alguma restrição, e o próprio edital já deixa claro que a empresa tem que estar, ela tem que ser idônea para estar participando desses processos como um todo, não só de pequeno vulto, mas também nas dispensas de pequeno valor, também na questão da licitação.

[ Pesquisador ]

Certo, mas na fase de recebimento dos materiais, como é feita essa conferência dos produtos? Já houve problema com a qualidade desses materiais entregues?

[ Gestor A ]

Essa parte ali, ela já fica mais a questão do próprio órgão demandante, mas eu tenho um conhecimento que chegou para nós, vou falar com base com o que chegou para nós, foi de umas panelas que pediram um processo estatal, e esse deu o processo estatal de um determinado órgão, só que aí, quando as panelas chegou, não era do tamanho que tinha especificado, segundo a informação, literalmente, não era o tamanho, e o alumínio não batia com o que a pessoa da cozinha havia pedido. E o que a gente orientou o gestor?

Vamos verificar as especificações técnicas, se a especificação técnica estiver fora do padrão, o momento que verificou que foi esse, na hora de fazer a especificação, foi na hora do recebimento, e quando a gente foi ver, realmente, a especificação não especificava que era um alumínio batido, que era um alumínio a espessura tal, detalhes mínimos que fez toda a diferença de receber a qualidade do produto.

[ Pesquisador ]

Nossa, meu Deus!

[ Gestor A ]

Imaginou a panela assim, chegou assim, um alumínio pequenininho.



[ Pesquisador ]

Mas o município já precisou devolver ou solicitar a substituição? Como foi resolvido? Tem registro desses problemas?

[ Gestor A ]

Não é do meu conhecimento muito profundo, mas o que a gente orienta os órgãos demandantes? Fazer uma notificação extrajudicial diretamente para a empresa, e encaminhar para o jurídico, para que o jurídico aplique a solução. Eu sei que existem as notificações extrajudiciais de alguns departamentos, de algumas secretarias, porém, eu não sei dizer ao que se resultou.

Mas, em alguma situação, a gente vira e mexe, aplica até sanção, e às vezes, de repente, a empresa até paga pelo dano que causou ao município.

[ Pesquisador ]

Entendi. A equipe responsável pelas licitações do FEMBOM no seu município possui conhecimento técnico suficiente para lidar com especificidades materiais do Bombeiro e de outros fundos?

[ Gestor A ]

Com a mudança da lei, que hoje é um grande gargalo, a gente entender passo a passo, a gente enfrenta dificuldade, e isso é uma realidade geral, é nível de Brasil, e essa dificuldade a gente tem tentado superar através de conhecimento mesmo. A gente teve um curso de capacitação, inclusive veio a Ana Vasconcelos, do Rio de Janeiro, que foi a primeira que veio trazer para a gente a questão da mudança da lei, depois nós tivemos o Matheus Carvalho, e a nossa equipe de licitação aqui, eu acabo agora em maio uma especialização específica para a licitação, e além disso, os cursos que a gente faz mesmo a distância devido à pandemia, e às vezes a gente participa de algum curso presencial.

Em relação de dizer que tudo que a gente sabe é suficiente, eu diria que não, isso se aplica não somente para a nossa área aqui, mas toda a área, até porque o conhecimento é expansivo, ele é gigantesco, e cada dia tem coisas surgindo, inclusive a 14.133, se a gente olhar, toda semana a gente tem um acordo diferente, porque os órgãos externos se deparam com situações de processo,



que às vezes é necessário intervir para garantir a lisura das compras públicas, aliás, para garantir a lisura das compras públicas.

[ Pesquisador ]

Entendi.

[ Gestor A ]

Toda semana. Toda semana.

[ Pesquisador ]

Maísa, o que acontece, o município já participou de capacitações voltadas para a área de segurança pública, ou as especificações técnicas de materiais adquiridos pelo FEMBOM, já participou de alguma capacitação que o bombeiro chamou o pessoal para estar conversando, para estar...

[ Gestor A ]

Não, durante o período que eu estou aqui nessa função, não me recordo essa questão de pedir uma orientação, tanto da parte do FEMBOM quanto da do município não é do meu conhecimento. Essa parte aí seria até bom, a gente dividir aí... Eu me lembro que teve um curso lá na UEG, eu até participei dele específico para a licitação, para a sala de licitação.

Não me recordo se teve alguém presente, alguém assim.

[ Pesquisador ]

Entendi. Quais mudanças ou sugestões você considera importantes para melhorar essa relação com o FEMBOM no seu município e que tipo de capacitação ou apoio seria mais eficaz, como diálogo com o corpo de bombeiros, poderia ser fortalecido, alguma coisa nesse sentido?

[ Gestor A ]

Eu acredito que o estreitamento dessas relações, favoreceria muito, não somente para a FEMBOM, mas para a gente que está aqui também, que é o outro lado, é a outra fase da moeda, e dizer que acompanhar, entender essa fase preparatória seria muito bom, tanto para a questão da



FEMBOM, quanto para a gestão. Porque chega um processo que quando você lê, você já tem um alto entendimento que realmente o órgão demandante que é a FEMBOM precisa e vai atender no nível da qualidade, da questão da presteza, do prazo, e não sofrer nenhum entrave desde o momento da solicitação até a entrega propriamente dita, isso seria muito bom. A minha sugestão seria a gente estreitar esse laço, em nível de informação, convidá-los para a gente participar de um seminário estadual ou específico mesmo para a área, porque a gente levaria um entendimento mais profundo, não somente da parte de compra, mas até a parte final, que é a parte que toca para o senhor, que é a parte do pagamento, realmente aquele que está comprando você pode pagar, como realmente disso aí. E essa fase preparatória, esse rompimento dessa barreira mesmo, desse entendimento, o que é o papel de cada um?

Por que eu solicitei esse pincel de quadro, branco? Por que eu solicitei o pincel de quadro, mas ele é permanente? Então, são detalhes, mas que fazem a diferença em todos os fluxos, para a eficiência desse fluxo.

[ Pesquisador ]

Entendi. Aqui da senhora, se você tivesse alguma carta branca para mudar qualquer coisa no processo de licitação do FEMBOM, o que mudaria primeiro?

[ Gestor A ]

Eu vou pensar bem aqui, porque eu vou pensar como um todo.

[ Pesquisador ]

E eu já vou emendar outra pergunta, se tem mais alguma informação importante, não, essa eu vou deixar por última, que é a última. Tá bom.

[ Gestor A ]

Na verdade, eu não diria mudar, mas melhorar. Mudar, eu acredito que a palavra seria muito drástica diante do que a gente precisa da continuidade dos trabalhos públicos, que é de interesse público, de fato. Mas eu diria que se a gente pudesse ter uma comunicação mais efetiva, um entendimento maior, por exemplo, como eu já passei em vários órgãos durante esses 15 anos, eu



atuei na Secretaria de Assistência Social, passei pela saúde, pela parte, fui diretora geral do hospital.

Então, quando chega um processo e lá, eu sei, por eu ter tido esse conhecimento, eu sei que realmente atende ou não atende. Às vezes, chegou um ponto que eu falo, olha isso aqui, dá uma olhadinha realmente se é, se for ok, beleza, mas assim, por isso. Eu acho que falta um pouquinho essa questão de um conhecimento realmente da sua necessidade com o nosso órgão, para a gente entender e ver se a gente consegue melhorar essa eficiência da contratação, do fornecimento mesmo do produto.

[ Pesquisador ]

Excelente. Tem mais alguma informação que você considera importante, compartilhar sobre esse tema?

[ Gestor A ]

Não, como um todo, eu achei interessante essa pesquisa, porque isso leva de encontro com a realidade que os municípios enfrentam, mas, mais especificamente, o órgão demandante, aquele que solicita, aquele que está ali, no corpo a corpo, isso aqui, e achei de relevância a sua pesquisa, porque o órgão público, numa visão, eu vou dizer arcaica, que o órgão público pode tudo, isso não é verdade, o órgão público não pode tudo, porque até o limite da lei, a gente tem que respeitar ela.

**GESTOR B**

**16 de abr. de 2025, 16 25 58**

[ Pesquisador ]

Bom, a gente vai iniciar uma entrevista aqui com a gestora do município, com a cidade X, do Norte Goiano, e a gente tem um roteiro, um roteiro de uma entrevista semi-estruturada. Para começar, poderia falar qual a sua função atual na administração? Quanto tempo você trabalha na área?

[ Gestor B ]



Atualmente, nós assumimos recente aqui a nova gestão. Eu sou a gestora de compras, sou a secretária de compras do nosso município. Nós assumimos recente, desde o início do ano para cá que nós assumimos essa gestão.

[ Pesquisador ]

Certo. Você já trabalhou anteriormente com o processo de licitatório? Tem algum contexto em relação a isso?

[ Gestor B ]

Sim, eu já trabalhei em empresas, não em instituições públicas, mas em empresas sim. Não especificadamente como pregoeira, mas sim como gerindo a equipe mesmo.

[ Pesquisador ]

Entendi. Você tem formação acadêmica que tem relação com as licitações, na área de gestão, alguma coisa nesse sentido?

[ Gestor B ]

Sim.

[ Pesquisador ]

Acredita que isso contribui para a eficiência do processo?

[ Gestor B ]

Sim, eu costumo até falar que hoje a formação é essencial para o trabalho que a gente desenvolve. Eu sou formada em direito, eu atuei como advogada há certo tempo. Atualmente, licenciei para assumir a área de gestora, mas sim tenho formações, pós-graduação e tudo na área.

[ Pesquisador ]

Entendi. Pensando no processo de licitatório ligado ao FEMBOM, quais tem sido os principais desafios enfrentados pelo município referente aos fundos e também ao FEMBOM?

[ Gestor B ]



Os principais problemas, os principais desafios enfrentados, eu acredito que seja o planejamento hoje, porque querendo ou não, com a correria cotidiana, a gente acaba tendo um pouquinho de dificuldade no planejamento para que os processos licitatórios aconteçam certinho. E é mais nisso, eu acho que é a organização. É igual a gente exemplificando o que foi dito em relação, por exemplo, a gente acaba resolvendo todos os problemas sem certas vezes um registro ou a gente acaba tendo falta de planejamento mesmo.

Hoje é um dos nossos principais desafios.

[ Pesquisador ]

Tem algum exemplo que você possa citar que impactou o andamento de alguma licitação?

[ Gestor B ]

Não, assim, que impactou o andamento não, mas é porque às vezes a gente tem que correr para poder fazer no prazo mais curto algo que se fosse principalmente nesse início de gestão, que tudo a gente assume tudo de uma vez, a gente acaba tendo que correr contra o tempo. Coisa que, por exemplo, talvez para o ano que vem já fique mais tranquilo, porque a gente já se planejou ao longo do ano inteiro para a gente se programar para poder fazer as licitações. Mas, assim, que impactam não, porque a gente trabalha dentro da legalidade certinho.

Mas o que a gente pode fazer é trabalhar nesse planejamento mesmo.

[ Pesquisador ]

Como que é a comunicação entre o município e o Corpo de Bombeiros na fase desse planejamento, por exemplo? Acostuma a ser clara? Já ocorreu de materiais solicitados não atender a real necessidade de cooperação?

O que pode ser evitado nesse tipo de problema?

[ Gestor B ]

Então...

[ Pesquisador ]



Teria ajudado a evitar esse tipo de problema?

[ Gestor B ]

Então, anteriormente, nós tínhamos uma pessoa que era disponibilizada pelo Corpo de Bombeiros para realizar os procedimentos licitatórios aqui na nossa instituição. Ele ficou até mais ou menos cerca de 2019, 2020. Então, assim, a comunicação acabava sendo melhor, porque quando se envolvia problemas licitatórios em relação ao Corpo de Bombeiros, ele mesmo resolvia.

Então, assim, as meninas mostravam para ele como que funcionava, ensinavam para ele como que fazia. Então, assim, todas as problemáticas que envolviam o Corpo de Bombeiros, ele estava à palha e ele resolvia. Então, assim, era mais claro.

De um tempo para cá, passou a ser nós mesmos. Então, assim, eles mandam as demandas e nós mesmos executamos o processo licitatório. Mas a comunicação sempre foi tranquila, sempre foi clara.

Quando a gente, às vezes, tem algum produto específico, nós pegamos e solicitamos para que eles esclareçam ou para que modifiquem a descrição para que seja certinho, né? A demanda vem e que a gente consiga adquirir o produto dentro do que foi solicitado.

[ Pesquisador ]

Entendi. Como que vocês recebem essas especificações dos materiais que precisam ser adquiridos? Essas informações vêm detalhadas, fáceis de entender?

Tem alguma dificuldade que enfrenta nesse ponto?

[ Gestor B ]

Nós temos hoje, atualmente, de acordo com a nova lei de licitação, né, que é 14133, ela vem com um documento. Assim, ela propõe um documento para que a secretaria adere, que se chama documento de formalização da demanda. Nesse documento, eles apresentam o objeto e a justificativa da contratação, tanto do serviço ou quanto à aquisição do produto.

E lá tem o item, vem a descrição do item, vem a unidade de medida desse item e vem o descritivo desse item de porquê que eles desejam adquirir o produto, assim, mesmo para sanar todas as



dúvidas desse item. Então, esse documento ajuda muito do que, às vezes, um tempo atrás que não tinha, que era muito avulso, ou só o e-mail, qualquer pessoa mandava de qualquer jeito. Não, hoje a gente já tem esse documento, chamado DFT.

A gente abrevia, né, DFT, mas é um documento de formalização de demanda.

[ Pesquisador ]

Entendi. É, por exemplo, na hora de fazer pesquisa de preço, é fácil de encontrar fornecedor qualificado? Você pode, tem algum caso que você possa comentar?

Isso já foi algum problema?

[ Gestor B ]

Então, assim, às vezes só é algum problema quando é um produto muito específico. E aí, com esses casos em espécie, nós utilizamos, às vezes, o comércio local, que a gente faz as pesquisas com o comércio local, mas, ou prefeituras vizinhas, a gente tem vários meios de fazer pesquisa. Hoje a gente também tem um banco de preço, que é um sistema também muito bacana para realizar essas pesquisas de preço.

Tem um portal do governo também, que é o PNCP, que é o portal de publicações do governo, que dá para fazer uma estimativa de preço através dele também. Mas, assim, as principais dificuldades são de produtos específicos mesmo, que a gente tem que encontrar fornecedores específicos para aqueles determinados produtos. Aí, às vezes, a gente tem uma dificuldadezinha, né?

Aí é onde a gente procura mais próximo, ou comerciantes locais, ou universidades mais vizinhas que tenham que atender esses serviços.

[ Pesquisador ]

Durante o processo solicitatório, já ocorreu de empresa participar sem atender os requisitos técnicos exigidos? Como vocês lidam com isso?



[ Gestor B ]

É muito raro, assim, porque quando publicam o edital, e, assim, quando ele não atende os requisitos técnicos, ele logo tem a desclassificação e a gente já chama o segundo colocado, né? A gente notifica a empresa do motivo, então, assim, a gente sempre usa de meios legais para poder informar a empresa, mas a gente sempre trabalha dessa forma, né? Se tem o edital, tem todas as informações necessárias para que possa participar.

Se ela não atender, é porque, realmente, ela não ficou atenta no que foi estabelecido para que ela pudesse participar.

[ Pesquisador ]

Na fase do recebimento desses materiais, como é feita essa conferência desses produtos? Já houve problemas com qualidade dos materiais?

[ Gestor B ]

Na verdade, atualmente, nós temos os fiscais de contratos. Esses fiscais, eles ficam responsáveis por acompanhar o contrato, por acompanhar os contratos pela prefeitura, e, além de acompanhar, eles também acompanham a entrega desses produtos. Então, eles acompanham essa entrega desses produtos e já comentam para os secretários.

Olha, recebi, fazem um documento informando, recebi essa quantidade de produtos, bateu, realmente, bateu com a nota estabelecida que veio, porque o secretário atesta e já protocola a nota para encaminhar para o setor de controle interno para observar se as notas batem certinha e também para encaminhar para pagamento. Mas quem faz isso hoje... Quem faz isso hoje são os fiscais de contratos.

[ Pesquisador ]

Entendi. Esses fiscais são fiscais nomeados no processo? São fiscais do bombeiro e fiscais da prefeitura?

[ Gestor B ]



Como o Boris mencionou anteriormente, o que acontece? Os processos são unificados, eles trazem a demanda e instruem o processo aqui. Aí são os próprios fiscais daqui, mas a gente já pode pensar na possibilidade de incluir um fiscal do Corpo de Bombeiros para isso, para que possa prestar esse recebimento desses produtos.

[ Pesquisador ]

A gente já respondeu, o submunicípio precisou devolver, eu solicitei a substituição. A equipe responsável pelas licitações do FEMBO no seu município possui conhecimento técnico suficiente para lidar com as especificações dos materiais dos bombeiros ou de outros fundos? Se não, quais as dificuldades que a gente tem em relação a esse conhecimento?

[ Gestor B ]

Então, como eu falei, atualmente é a equipe nossa que faz todas as licitações dentro do FEMBOM também. Então, o que acontece? O pessoal daqui, sim, eles trabalham há muitos anos, eles estudam e eles são qualificados profissionalmente para isso.

Então, o que a gente pode avaliar agora é também retornar essa prática de ter uma equipe aqui das licitações em si do bombeiro. Então, já é uma melhoria para nós aqui também.

[ Pesquisador ]

Deixa eu te perguntar, o município já participou de capacitação voltada para a área de segurança pública ou especificações técnicas dos materiais adquiridos pelo FEMBOM? O município já participou de algum curso de capacitação voltada para essa área da segurança pública?

[ Gestor B ]

Não, não, eu acredito que não, mas seria bem importante, né?

[ Pesquisador ]

Quais as mudanças ou sugestões que você considera importantes para melhorar as licitações do FEMBOM no seu município, por exemplo?

[ Gestor B ]



Então, é igual eu estou te falando, eu acho que a gente acredita que poderia voltar a prática de ter uma pessoa aqui no município, aqui na prefeitura em si, que também auxiliasse nas licitações do FEMBOM novamente. Então, eu acredito que seria uma melhoria bacana para o município em relação a ter uma pessoa específica, para ter um fiscal específico das compras, né?

[ Pesquisador ]

Certo. Se tivesse que mudar alguma coisa, se tivesse uma carta branca para mudar qualquer coisa no processo de licitação, o que você mudaria primeiro?

[ Gestor B ]

Eu acreditaria que, assim, eu queria que, é um sonho na verdade, eu queria que se tornasse mais celere, que fosse menos burocrático, sabe? Mas tudo tem um porquê, né? A burocracia ela vem para acompanhar que a justiça seja feita, que seja com procedimento.

Então, assim, na verdade o que tem que mudar não é a celeridade, tem que mudar o planejamento. O planejamento tem que ser todo estruturado para que o processo, os produtos saiam no determinado tempo previsto certinho. Então, assim, não é nenhum sonho, assim, na nossa prefeitura em si do FORMATO que a gente recebeu ela, o meu sonho é que a gente consiga planejar e que a gente consiga alinhar tudo.

Assim, para que a gente consiga seguir certinho, que a gente consiga trabalhar bem, assim.

[ Pesquisador ]

Entendi. Tem mais alguma informação que você considera importante sobre o tema?

[ Gestor B ]

Sim, eu só quero agradecer pelas perguntas que foram desempenhadas, agradecer ao capitão Alvaro por ter vindo e por ter nos feito essas perguntas, que é bastante importante para o município, até mesmo para a gente pensar em relação às melhorias que a gente pode ter aqui dentro, até nos alertar em relação às melhorias que a gente pode ter aqui dentro.

[ Pesquisador ]



Ah, que bom.

[ Gestor B ]

Muito obrigada, viu?

[ Pesquisador ]

Que bom, eu que agradeço a participação de vocês na construção desse conhecimento e assim que a gente terminar esse curso a gente apresenta os resultados.

**GESTOR C**

**16 de abr. de 2025, 14 35 40**

[ Pesquisador ]

Bem, hoje a gente vai começar com uma pessoa que já foi gestora, que é gestora aqui em relação ao processo licitatório. São, acho que, 12 perguntas ou 13. Para começar, Maiane, a gente poderia me contar qual a sua função na administração e quanto tempo atua nessa área?

[ Gestor C ]

A minha função era agente de contratação e pregoeiro. Eu atuei por nove anos.

[ Pesquisador ]

Nove anos? Nove anos. Beleza.

Você já trabalhou anteriormente processo licitatório e qual o contexto que você trabalhou?

[ Gestor C ]

Nunca trabalhei nessa área de compras públicas. Compras públicas, não. Trabalhei em outra área de outras compras, mas foi privada, né?

Trabalhei em outra empresa em compras, mas não tem nada a ver com compras públicas, inclusive.

[ Pesquisador ]



Entendi. Sua formação acadêmica, ela tem relação com atuação nas licitações ? Você acredita que isso contribui para a eficiência do processo?

Pode dar algum exemplo em relação a isso?

[ Gestor C ]

Eu acho que contribui, eu sou formada em administração e serviço social. E eu acho que na área de administração contribui bastante, porque a gente sempre usa. Na gestão tanto de pessoas quanto de problemas, né?

[ Pesquisador ]

Entendi. Pensando nos processos licitatórios ligados ao FEMBOM, quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo município?

[ Gestor C ]

O município, eu acho que, para nós que estamos na área da licitação, eu acho que a maior dificuldade é a dinâmica mesmo entre o fundo e o município. Porque o fundo, na maioria das vezes, não tem nenhuma especialização. E não tem prática, não sabe como funciona, não sabe como é burocrático, né?

Porque para fazer uma licitação, por mais que seja comprar uma caneta, a gente demora três ou quatro dias. E eu acho que essa é a maior dificuldade. Eu acho que eles não entendem o tanto que demora, o tanto que é burocrático para fazer.

Porque, tipo, chega lá e pede a caneta e quer a caneta amanhã. Não tem como. Outra dificuldade que eu acho que é bastante comum, eu acho que nos outros municípios, deve ser a escolha do fornecedor.

Porque a gente não tem como escolher o fornecedor, a gente escolhe o preço. A gente não escolhe o fornecedor, não, mas eu quero comprar, tal pessoa tem. Não, não tem como, é uma licitação, ela é pública, ela é transparente, ela tem princípio da isonomia, né?



Que é muita gente participar, várias propostas. Quanto maior a quantidade de proposta que a gente arrecadar, menor o preço que a gente vai adquirir. Nem sempre o menor preço é o melhor produto, mas aí a gente faz esse equilíbrio.

[ Pesquisador ]

Entendi. Aqui era a continuação dessa pergunta, mas eu acabei que eu fiz só o começo dela. Tem algum exemplo concreto?

Tem algum exemplo de como isso impactou o andamento, a licitação?

[ Gestor C ]

Eu acho que o maior problema mesmo é a escolha do fornecedor. Realmente que eu acho que isso atrapalha muito. Querer escolher, às vezes não é nem intencional.

Acho que pela falta de informação e pela falta de formação, eu acho que eles nem sabem que não pode. Agora acho que ele tentou explicar, tentou pegar no pé. Eu acho que agora eles entendem que a gente não pode escolher realmente o fornecedor porque a licitação é pública.

[ Pesquisador ]

Deixa eu te perguntar. Como é a comunicação entre o município e o Corpo de Bombeiros na fase de planejamento? Costuma ser clara?

Já ocorreu de materiais solicitados não atenderem a real necessidade da Corporação? Poderia ser evitado isso de alguma forma?

[ Gestor C ]

A comunicação é bacana. O que eu acho que não atender, o material não atender, eu acho que nunca aconteceu. O que aconteceu foi o fornecedor não entregar.

Isso a gente já tem essas questões várias vezes. Inclusive é até frequente porque os fornecedores abaixam o preço demais na hora da licitação e na hora de fornecer o produto a gente tem essa dificuldade de entregar. Só que a gente suspende, notifica esse fornecedor e consegue resolver.

[ Pesquisador ]



Entendi. Como que é a especificação dos materiais que são adquiridos? Essas informações vêm detalhadas?

É fácil de entender? Tem alguma dificuldade que enfrenta nesse ponto?

[ Gestor C ]

Antes não tinha essa descrição detalhada. Mas a gente foi pedindo e explicando. É igual eu estou te falando, a falta de informação realmente.

Explicando e foi amadurecendo. Nessas últimas que a gente fez, veio bem mais claro, bem mais didático. Porque também a gente não pode fazer uma descrição muito grande.

A gente até comprou um container aqui para o município e a descrição não veio muito grande, mas também não veio tão pouco que não deu para entender. Veio sucinta, é o objetivo, deu para comprar.

[ Pesquisador ]

Entendi. Em relação à pesquisa de preço, é difícil encontrar fornecedor qualificado? Você tem algum caso que você queira comentar?

Isso é um problema?

[ Gestor C ]

Na verdade a pesquisa de preço agora na nova lei de licitação, o artigo 13, parágrafo 1º, fala que a gente tem que orçar um painel de preços. O próprio governo disponibiliza esse painel de preços, onde tem vários contratos homologados. Não vai ter igual, porque a gente confecciona a nossa descrição, o nosso objeto.

Então não vai ter igual, mas pode ser compatível. Então orçar com fornecedor a gente não costuma mais, devido à nova lei de licitações. Então não tem muito problema fechar esse painel de preços, que tem vários lá.

[ Pesquisador ]



Durante o processo licitatório, já ocorreu de empresa participar sem atender os requisitos técnicos exigidos? E como o município lida com essas situações?

[ Gestor C ]

Não. Quando ocorre, no caso de pregão, quando ocorre que a empresa não atender os requisitos solicitados no termo de referência, a gente já inabilita esse fornecedor de imediato. E a gente não deixa ele nem avançar a fase.

Inabilita para que os demais que tem atendido participem.

[ Pesquisador ]

Mas já aconteceu casos de ter essas limitações e vocês...

[ Gestor C ]

Inabilita. Na fase da licitação mesmo.

[ Pesquisador ]

Na fase de recebimento desses materiais, como é feita a conferência desse produto? Já teve problema em relação à qualidade desses materiais entregues?

[ Gestor C ]

A fase de recebimento do material realmente é com o fiscal. O fiscal do contrato. E na maioria das vezes, quando a gente faz esse tipo de contrato, a gente nomeia o fiscal através de uma portaria, que normalmente é um dos funcionários do fundo, e lá mesmo eles recebem e se estiver ruim eles devolvem.

Já aconteceu de devolver aqui, inclusive. Devolveram e pediram. Não foi isso que eu pedi, não atendeu a descrição do edital e a gente está devolvendo para você disponibilizar o produto que eu realmente pedi.

Isso já aconteceu. Lá. Mas essa parte da fiscalização é por eles lá.

[ Pesquisador ]



Entendi. Eu te pergunto porque cada município tem um certo protocolo. Por exemplo, em alguns municípios a pessoa só entrega o que ela quer e aí toda a fase de recebimento e licitação é pela prefeitura.

[ Gestor C ]

Não. A gente já deixa bem... O fiscal, a gente já coloca um funcionário lá do fundo para gerir o contrato também, que a gente coloca um gestor de contrato para gerir vigência, gerir se estão atendendo, se estão cumprindo os requisitos lá do contrato.

Tudo a gente direciona para lá. A gente faz para eles realmente a parte licitatória, a pré, só para comprar mesmo. Aí depois que ele siga que está comprado fica toda a responsabilidade para o fundo.

[ Pesquisador ]

Certo. Então, nesse caso, já devolveu o material também.

[ Gestor C ]

Já devolveu, não atendeu...

[ Pesquisador ]

Não atendeu os requisitos.

[ Gestor C ]

O fiscal faz o ápice de devolução.

[ Pesquisador ]

Tá certo. Em relação, a equipe técnica responsável pela licitação do FEMBOM no município, ela tem conhecimento técnico suficiente para lidar com a especificidade dos materiais, dos bombeiros ou de outros fundos? Ele sabe, por exemplo, especificar, sabe pedir, sabe...

Na fase que compete a eles, por exemplo.

[ Gestor C ]



Ah, compete a eles.

[ Pesquisador ]

Tem alguma dificuldade nesse sentido?

[ Gestor C ]

Tem a dificuldade de montar realmente o termo de referência, mas a gente auxilia bastante, a gente tem um... Tinha... Que eu não sou mais da equipe de licitação.

A gente tinha um convívio muito bom e a gente auxilia bastante, a gente pesquisa bastante e... Eu acho que para montar a descrição, para montar o termo do produto ou do serviço, eles são bons.

[ Pesquisador ]

Deixa eu te falar. O município já participou da capacitação voltada para a área de segurança pública ou especificação técnica dos materiais adquiridos?

[ Gestor C ]

Não, no município, não. Área de segurança pública, não. A gente faz o gerenciamento do fundo, mas a gente não entende...

Eu já comprei, por exemplo, uma bota antifogo lá na Alemanha. Não sei como, mas deu certo. Eu quero até uma ajuda.

Ele queria uma bota antifogo da Alemanha, eu sei que eu comprei internacionalmente e não sei como, porque a gente não entende essa parte.

[ Pesquisador ]

Você acha que esse tipo de capacitação ajudaria no processo licitatório?

[ Gestor C ]

Com certeza, com certeza. Apesar da gente não utilizar, é um produto que a gente não vai utilizar. Realmente, a gente não vai utilizar.



Mas ajudaria no ato da licitação, porque às vezes o fornecedor vai oferecer um produto que não atende aos requisitos solicitados pelo fundo e a gente não entende. Então é até interessante, toda vez que houver uma licitação, é interessante alguém do fundo participar da mesma, seja online, seja presencial, porque quando vier as propostas, o próprio funcionário do fundo já acompanha. Não, esse aqui não atende.

Eu acho que ficaria mais interessante. Eu acho que o curso teria que ser voltado para quem monta o termo de referência lá no fundo, não para a equipe de licitação. Eu acho que seria mais interessante para a pessoa que é responsável pelas compras do fundo.

[ Pesquisador ]

Entendi. Tem alguma sugestão, mudança ou sugestão que você considera importante para melhorar esse processo licitatório relacionado aos fundos ou o FEMBOM?

[ Gestor C ]

Eu acho que, no caso do FEMBOM, a minha sugestão é que não mudasse tanto, porque quando a pessoa começa a pegar o jeito, lá tem um rodízio, se eu não me engano, de pessoa que fica responsável por essa área. E um ano fica um, um ano fica outro. Ou, se não, que forme ou que treine todo mundo, para que todo mundo esteja tão eficiente quanto.

Porque a hora que a pessoa começa a pegar, começa a entender, vai lá e troca a pessoa. Então, aí a pessoa fica perdida de novo, aí tem que começar tudo de novo, ensinar tudo de novo. Eu acho que não teria que ter esse rodízio.

Eu acho que a pessoa tinha que ser fixa.

[ Pesquisador ]

Se tivesse que mudar alguma coisa, qualquer coisa no processo licitatório relacionada ao FEMBON, você mudaria o que primeiro?

[ Gestor C ]

Eu acho que o método, como a maioria fazem dispensa de licitação, a maioria, pelo valor, porque normalmente o valor do fundo é bem pequeno, as licitações são valores bem pequenos. Então,



eles optam pela modalidade de dispensa de licitação. Eu, se fosse por minha conta, eu fazia tudo bregão, eu licitava tudo, porque o preço é maior, a concorrência é muito maior.

Então, a gente tem uma ampla concorrência quando a gente faz o bregão. Eu acho que a gente conseguiria um preço melhor e uma qualidade tão boa quanto na dispensa.

[ Pesquisador ]

Entendi. Alguma mais informação que você considera importante? Tá certo, eu agradeço a sua colaboração aí com a pesquisa.

**GESTOR D**

**14 de abr. de 2025, 14 21 14**

[ Pesquisador ]

Boa tarde, a gente está com a gestora do município aqui em relação ao trabalho sobre licitações. Andreza, para começar a gente poderia contar com a sua função na administração atual e quanto tempo atuou nessa área?

[ Gestor D ]

Na atual gestão eu sou agente de contratação, que é conforme prevê a nova lei, né? E que eu trabalho com licitações tem pelo menos 14, 15 anos.

[ Pesquisador ]

Certo. Você já trabalhou anteriormente com o processo licitatório, como você está falando, né? Em qual contexto?

Era aqui na prefeitura?

[ Gestor D ]

Aqui na prefeitura.

[ Pesquisador ]



Certo. Qual sua formação acadêmica? Tem alguma em relação a sua atuação em licitações?

Acredita que a formação acadêmica ela contribui para eficiência do processo?

[ Gestor D ]

Apesar de não ter, eu tenho pós-graduação, né? Em gestão pública, mas eu fiz serviço social e pedagogia. Formação e serviço social e pedagogia.

E contribui, sim. A formação, o conhecimento, ele só traz benefícios. Contribui bastante o entendimento das leis, na hora de redigir um documento, na hora de estar especificando, entender a atuação de cada fundo.

Ajuda, sim.

[ Pesquisador ]

Pensando nos processos de licitatórios ligados ao FEMBOM, quais têm sido os principais desafios enfrentados aí pelo município?

[ Gestor D ]

Assim, os principais desafios é a questão de vir, né? O pedido de maneira correta, descrita da maneira correta, porque a gente consiga entender, né? E elaborar um bom editar, um bom...

Tá gravando, né?

[ Pesquisador ]

Não, mas é tranquilo.

][ Gestor D ]

Principalmente agora na nova lei, como tudo é eletrônico, participa empresas que não têm compromisso em entregar, em fornecer o item, sabe? Aquelas empresas que participam só para tumultuar o certame, e aí depois você faz o contrato, elas não querem assinar, ou elas não querem entregar o item, às vezes o CNAE delas nem atende, você tem que tá excluindo elas, né? Do certame, e assim.



É a maior dificuldade que a gente tá tendo.

[ Pesquisador ]

Certo. Em relação à comunicação entre o município e o Corpo de Bombeiros na fase de planejamento, ela costuma ser clara? Já ocorreu de materiais solicitados não atender a real necessidade da corporação?

O que deveria ser evitado? O que teria evitado esse tipo de problema? O que teria evitado, por exemplo?

[ Gestor D ]

Se já ocorreu, né? Já ocorreu, sim. Eu acredito que é uma melhor descrição, né?

No termo de referência, no estudo técnico preliminar, colocar mais cláusulas que entaves, né? Para essas empresas que só estão especulando não participarem, ou que não tem interesse, assim, de fornecer o item, não tá participando.

[ Pesquisador ]

Entendi. Como que vocês recebem as especificações dos materiais que precisam ser adquiridos, né? Essas informações bem detalhadas, fáceis de entender.

Quais as dificuldades que você enfrenta nesse ponto?

[ Gestor D ]

Não, bem detalhado. E, assim, as coisas que a gente não consegue entender, a gente entra em contato, a gente vai revisando até ficar de maneira clara o que vocês estão precisando, com o que a gente tá entendendo que vocês estão precisando.

[ Pesquisador ]

Entendi. Na hora de fazer pesquisa de preço, é difícil encontrar fornecedor qualificado? Você pode comentar algum caso?

[ Gestor D ]



É, principalmente aqui por ser cidade interior, às vezes só tem uma empresa que fornece aquele tipo de serviço, aquisição daquele produto, e você precisa de no mínimo três orçamentos, aí você tem que estar pesquisando no painel de contratações públicas. Eu já até enviei um vídeo, né? Auxiliando o responsável aqui, pra tá auxiliando eles, como eles fazem os orçamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas, eles já estão fazendo, já.

E, assim, a gente tá mantendo um bom diálogo, tá dando certo.

[ Pesquisador ]

Entendi. Durante o processo licitatório, já ocorreu de empresas participarem sem atender os requisitos técnicos exigidos? Como o município lidou com essa situação?

[ Gestor D ]

Sim, bastante. Principalmente nessas dispensas eletrônicas que a gente faz, e aí a gente, agora eu fugi o nome, é tipo excluir a empresa, né? Que ela não atende os requisitos do edital, né?

Do termo de referência, a gente exclui ela. Passa para o segundo colocado.

[ Pesquisador ]

Na fase de recebimento dos materiais, como é feita a conferência dos produtos? Já houve problemas com a qualidade do material entregue?

[ Gestor D ]

Aí, na questão da fiscalização do recebimento dos produtos, a gente não participa. Então, assim, ela é feita pelo Corpo de Bombeiros Militar mesmo. Né, Murilo?

Você, como fiscal, você não recebe lá deles, né? Não. Então, aí a gente não, assim, se há casos de não estar atendendo, a gente não tem ciência.

[ Pesquisador ]

Entendi. Boa tarde.



O município já precisou devolver ou solicitar alguma substituição? Como foi resolvido em relação a isso?

[ Gestor D ]

E eu acredito que foi resolvido por lá, entre o responsável e entre eles.

[ Pesquisador ]

Eles são nomeados, já na, eles participam da nomeação do recebimento do pessoal do bombeiro ou tem uma pessoa responsável?

[ Gestor D ]

Pelo município, não. Tem por lá. Eu acredito que o Corpo de Bombeiros deve ter alguém ou mais de uma pessoa responsável pelo recebimento, né, dos produtos e serviços, no caso.

[ Pesquisador ]

Certo. Mas, assim, ele tem essa nomeação ou não?

[ Gestor D ]

Pelo município, não.

[ Pesquisador ]

Pelo município, não. A equipe responsável pelas licitações do FEMBOM no seu município possui conhecimento técnico suficiente para lidar com a especificidade dos materiais do Corpo de Bombeiros ou de outros fundos?

[ Gestor D ]

Eu acredito que, assim, eles estão cada vez melhorando, vai fazendo, né, e vai melhorando conforme a questão da prática, né, conforme você vai fazendo, você vai aprendendo, você vai trocando ideia, vai, a gente manda modelos pra eles. Se vier errado, a gente corrige, pede pra corrigir, eles mandam, mandam pra mim ler, mandam pra mim corrigir e, assim, vai. Até sair um documento que a gente acha que atende e dá pra publicar.



[ Pesquisador ]

O município já participou de alguma capacitação voltada para a área de segurança pública ou sobre especificações técnicas dos materiais adquiridos pelo FEMBOM?

[ Gestor D ]

Pelo FEMBOM, não. Já fizemos participação, né, mas não, assim, de materiais que são geralmente adquiridos pelo FEMBOM, não.

[ Pesquisador ]

Certo. Quais as mudanças ou sugestões que você considera importantes pra melhorar a licitação em relação ao FEMBOM no município?

[ Gestor D ]

Eu acredito que é isso mesmo, é capacitar tanto os servidores lá como aqui, se puder. Específico, por exemplo, vocês têm suas particularidades, suas especificidades e se existisse, de fato, um treinamento que ficasse mais claro pra nós enquanto licitação, enquanto comissão de licitação, pra gente estar demonstrando pros licitantes e pra vocês lá, na hora de elaborar o documento, fazer um treinamento mais específico da nova lei seria interessante.

[ Pesquisador ]

Se você tivesse uma carta branca pra mudar qualquer coisa no processo licitatório em relação ao FEMBOM, você mudaria alguma coisa?

[ Gestor D ]

Eu posso ser sincera? Eu posso ser sincera? Eu gostaria que o Estado licitasse pra vocês.

Eu já falei isso, gente, o Estado podia licitar tudo pra vocês, deve ser menos burocrático, porque o município, é porque nós temos que licitar pra vocês e pra todos os outros fundos. A gente pega a responsabilidade pra nós. Não tem como o Estado licitar pra vocês também, comprar lá, a economia descala, já compra pra todos os fundos, tem que ser por equipe, que é o fundo municipal.



[ Pesquisador ]

Tem mais alguma informação que você considera importante, compartilhar sobre o tema?

[ Gestor D ]

A informação, eu acho o trabalho de vocês lindo, acho todo mundo muito prestativo, o pessoal que vem aqui, eles são muito educados, vocês são muito educados, você precisa voltar 10 vezes, volta 10 vezes e arruma com a maior paciência, maior educação, então a gente só tem que agradecer vocês pelo serviço prestado no município, que é de excelência, e a paciência que tem conosco também, porque vocês tem os recursos, é igual eu tô falando, eu falo pra eles, nossa, se eu pudesse eu já passava direto, porque vocês fazem um trabalho que não pode esperar, aí tem os entraves da lei, as burocracias, os prazos, aí eles ficam cobrando, aí eu falo, gente, por que o Estado não pode licitar pra vocês? Porque tipo assim, aqui é o município de São Miguel, as empresas de São Miguel, a maior dificuldade, as empresas aqui do município não gostam de participar, principalmente por ser eletrônico, elas tem dificuldade de entrar no sistema e participar, a gente só participa de pessoas de fora e de pessoas de muito longe, coisas que a gente quer entregue imediato, coisa daqui simples, e o pessoal daqui não participa, os de fora participam, como a lei é aberta, a gente não pode impedir de participar, é tudo eletrônico, por mais que seja uma coisa simples, de valor pequeno, as empresas de fora participam e ganham, aí fica, a gente fazendo contrato, enviando pra eles assinar, e depois enviando pedido, não, não posso mandar, e tem que esperar enviar, é isso, eu acho que é a maior dificuldade pra nós.

**GESTOR E**

**28 de abr. de 2025, 09 39 49**

[ Pesquisador ]

Bom dia, hoje a gente vai conversar aqui sobre o processo de citatória. A gente vai estar falando com o Sr. Raimundo, que seria o entrevistado F. Para começar, o senhor poderia me contar qual a função atual na administração municipal e há quanto tempo o senhor atua nessa área?

[ Gestor E ]



Bom dia, a função que eu exerço é de diretor de departamento de licitação, agente da concentração e pregoeiro. Eu já trabalho no departamento há 22 anos.

[ Pesquisador ]

O senhor já trabalhou anteriormente nos processos licitatórios? Qual acontece? Só aqui na prefeitura?

[ Gestor E ]

Não, só no município de Goianésia mesmo. Só no município, certo.

[ Pesquisador ]

Qual a formação acadêmica que o senhor tem e se ela tem relação atual com as licitações? E o senhor acredita que isso contribui para a eficiência do processo?

[ Gestor E ]

Minha formação não tem nada a ver com licitações. Não tem? Eu sou formado em ciências contábeis e recursos humanos.

Certo. Duas faculdades.

[ Pesquisador ]

Duas faculdades? Ah, que legal. Sobre, falando dos entrados no processo licitatório, pensando no processo licitatório ligado ao FEMBOM, quais tem sido os principais desafios enfrentados pelo município?

O senhor estava falando que quase não tem.

[ Gestor E ]

Ah, a respeito do processo licitatório do FEMBOM. FEMBOM. Aqui no município de Goianésia a gente quase não faz licitação para esse fundo.

Porque os preços da nova lei aumentaram, então a maioria é dispensa ou compra direta. Certo. Licitação mesmo em si a gente não tem feito já há bastante tempo.



[ Pesquisador ]

Certo. E tem, o senhor encontra alguns desafios nesse processo licitatório também dos outros fundos?

[ Gestor E ]

É, gente, um desafio é quanto a preparação do processo. Talvez não tem conhecimento, faz de uma forma errônea. Chega que a gente tem que devolver o processo para tornar, refazer.

Quanto a especificação do produto, data de prazo de entrega, prazo do contrato e obrigações da empresa contratada ou contratante. Isso fica muito a desejar.

[ Pesquisador ]

O senhor acha que esse tipo de entrada atrapalha o processo licitatório?

[ Gestor E ]

Sim, porque atrasa. Passa em vários departamentos. Aí chega aqui que a gente vai ver essa falha.

Aí tem que devolver o processo lá para o início para ele se tornar, repaser, tornar tempo de novo, entendeu?

[ Pesquisador ]

Entendi.

[ Gestor E ]

Se algum departamento visse antes, devolvia e já era mais rápido. Mas isso não acontece.

[ Pesquisador ]

Entendi. Bom, como que é a comunicação entre o município e o Corpo de Bombeiros na fase de planejamento? Ela costuma ser clara, ocorrem problemas de materiais solicitados, não atender a real necessidade da corporação.

O senhor acha que isso poderia ser evitado?



[ Gestor E ]

Não, aqui em Goianésia sempre, quando eles querem comprar alguma coisa que sai da norma do dia a dia, eles estão bem, a gente orienta, explica como é que é e compra sempre certo. Nunca tivemos problemas em devolução de materiais.

[ Pesquisador ]

Certo. Em relação aos outros fundos, o senhor já teve esse tipo de problema ou não?

[ Gestor E ]

Não, também não.

[ Pesquisador ]

Não?

[ Gestor E ]

Não.

[ Pesquisador ]

Como o senhor recebe as especificações desses materiais que precisam ser adquiridos? Essas informações vêm detalhadas, fáceis de entender? Quais dificuldades vocês encontram nisso?

[ Gestor E ]

Essas informações vêm detalhadas no termo de referência. Quem faz o termo de referência tem que saber o que está comprando, tem que ser bem específico. E a especificação tem que atender no mínimo 3 marcas, porque não posso especificar uma coisa com uma marca X, tem que ser, atender no mínimo 3 marcas.

Se fazer de uma forma, só uma marca, não faz o processo, tem que devolver para fazer a especificação dentro do mínimo de 3 marcas que atende esse produto.

[ Pesquisador ]



Entendi. Então já ocorreu, ocorre às vezes o problema de ter que refazer ou melhorar as especificações desses materiais. Ocorre sim.

Entendi. Na hora de fazer pesquisa de preço, o senhor acha difícil de encontrar fornecedor qualificado? Pode comentar algum caso que isso foi problema?

[ Gestor E ]

Na pesquisa de preço, infelizmente sim. Não é a licitação que faz a pesquisa, é o departamento de compra. Mas sempre eu tenho contato com o diretor, ele sempre me fala que é complicado porque tem empresa que não quer orçar e tal.

Nós aqui no município temos um plano de dados. Então joga lá e vem certinho. Se nunca tiver problema, conta isso.

[ Pesquisador ]

Entendi. Durante o processo estadual, já ocorreu de empresa participar sem entender os requisitos técnicos exigidos? E como o município lidou com essa situação?

[ Gestor E ]

Já sim. Participa do processo, depois a gente vai olhar a documentação, não atende, desclassifica e chama a segunda colocada.

[ Pesquisador ]

Entendi. Na fase de recebimento desses materiais, como é feita a conferência desse produto? Já houve problemas com a qualidade desses materiais?

[ Gestor E ]

A conferência já faz parte de quem solicitou. Não é o departamento de licitação que faz essa conferência. Quem recebe, que confere.

Se você pediu um produto, você tem que saber o que você está recebendo. Porque senão, se você receber errado, vai ficar errado.



[ Pesquisador ]

Já aconteceu?

[ Gestor E ]

Já aconteceu.

[ Pesquisador ]

Às vezes não é bom.

[ Gestor E ]

Não dá para ser bom.

[ Pesquisador ]

Às vezes não é culpa do município, mas é por culpa da empresa.

[ Gestor E ]

Isso, por culpa da empresa, porque nesse mundo as empresas são todas... Só que a pessoa que está recebendo, quando a pessoa faz o termo de referência, lá ela coloca quem vai ser o fiscal do contrato e quem vai ser o gestor. Então, essas pessoas que têm que ser especializadas para receber o produto.

Para saber se foi aquilo que elas pediram. Entendeu? Todos os nossos termos de referência têm que indicar o fiscal e o gestor do contrato.

Porque é eles que vão ser os responsáveis. Se receber errado, eles vão arcar com a despesa.

[ Pesquisador ]

É o gestor que é responsável por receber. Entendi. E no caso do Fembon, é algum bombeiro?

[ Gestor E ]

É, eu criei lá quem é apto para aquele produto. Porque cada produto é uma coisa. Tem bombeiro que entende de uma coisa, tem outro que entende de outra.



Então tem que botar o nome da pessoa que entende.

[ Pesquisador ]

O município já precisou resolver ou devolver, solicitar substituição de algum material? Que eu saiba, não. Por exemplo, que não veio de acordo.

[ Gestor E ]

Que eu saiba, não. Só se aconteceu por lá e não chegou ao mesmo lugar.

[ Pesquisador ]

A equipe responsável pelas licitações do Fembon no seu município possui conhecimento técnico suficiente para lidar com a especificidade dos materiais dos bombeiros ou de outros fundos? Se não, quais as dificuldades enfrentadas?

[ Gestor E ]

Eu creio que sim. Mas eu não posso detalhar. Sei.

[ Pesquisador ]

O município já participou de capacitação voltada para a área de segurança pública ou especificações técnicas dos materiais adquiridos pelo Fembon? Se sim, qual foi a experiência? Se não, acredito que essa capacitação ajudaria.

[ Gestor E ]

No meu... Eu não tenho conhecimento de nenhuma... curso desse.

Forja do meu conhecimento.

[ Pesquisador ]

Certo. O senhor considera que pode ter feito algumas mudanças, sugestões que seriam importantes para melhorar as licitações ligadas ao Fembon no seu município?

[ Gestor E ]



Creio que sim. O diretor lá do Fembon especificar as pessoas, orientar, dar curso, fazer treinamento para quando for precisar de fazer uma licitação, um processo, as pessoas já estão adequadas a isso. Que tipo de capacitação ou apoio que o senhor acha que é benéfico?

Eu creio que ter cursos mesmo sobre licitação, a nova lei, eles podem procurar, faz de graça pela internet, em Goiânia tem vários cursos.

[ Pesquisador ]

O senhor acha que uma capacitação até voltada para a área da parte de licitações da prefeitura junto com o bombeiro seria interessante? Também.

[ Gestor E ]

A gente fez um curso aqui em Goiânia, chamou os bombeiros que mexem com isso para a gente explicar, fazer um treinamento.

[ Pesquisador ]

Nunca aconteceu. Se o senhor tivesse carta branca para mudar qualquer coisa no processo licitatório do Fembon, o que o senhor mudaria primeiro?

[ Gestor E ]

Não, eu não mudaria nada não, só ter conhecimento para fazer a coisa de acordo com a sua necessidade.

[ Pesquisador ]

Tem mais alguma informação que o senhor considera importante compartilhar sobre esse tema?

Não, no momento não. Obrigado.

De nada, eu já gostei. Nossa, Jesus.

**GESTOR F**

**30 de abr. de 2025, 09 40 40**

[ Pesquisador ]



Bom dia, hoje a gente vai entrevistar aqui a gestora do município X do estado, do norte do estado, perfil do entrevistado. Para começar, Fernanda, você pode contar qual a sua função na administração atual, municipal e quanto tempo você atua nessa área?

[ Gestor F ]

Eu sou coordenadora do Departamento de Licitações e Contratos. Eu estou nessa área desde 2021.

[ Pesquisador ]

Certo. Você já trabalhou anteriormente com o processo licitatório? Em qual contexto?

[ Gestor F ]

Sim, no mandato de 2017 e 2020 eu ficava na parte de planejamento, Secretaria de Planejamento.

[ Pesquisador ]

Certo. Você tem formação acadêmica com relação à atuação em licitações? Você acredita que isso contribui para a eficiência do processo?

[ Gestor F ]

Com certeza, eu tenho formação em gestão pública e isso contribui muito porque faz parte dessa formação. Uma das partes que a gente estudou na época foi de licitações.

[ Pesquisador ]

Entende? Agora a gente vai falar sobre as entradas. Pensando no processo de estatória ligado ao FEMBOM, quais tem sido os principais desafios enfrentados pelo seu município?

[ Gestor F ]

A questão não só do FEMBOM, mas de todo o nosso processo de estatória está mais na parte da especificação dos produtos, questão de prazo, que acaba que as coisas quando chegam aqui é tudo urgente, o prazo tem que ser o mais ágil possível e a falta de capacitação também nessa nova lei.

[ Pesquisador ]



Tem um exemplo concreto que impactou no andamento? Tem que voltar a processo, tem que melhorar a especificação?

[ Gestor F ]

Com certeza, errar um processo que vem e fica pela primeira vez, a maioria deles tem que voltar para fazer algum ajuste ou na especificação, ou na justificativa, na modalidade.

[ Pesquisador ]

Entendi. Como que é a comunicação entre o município e o corpo de bombeiros na fase de planejamento? Ela costuma ser clara?

Já ocorreu de materiais solicitados não atender a real necessidade da população? O que deveria ter evitado esse tipo de problema e o que pode ser, que teria ajudado, por exemplo, a evitar esse tipo de problema?

[ Gestor F ]

Com certeza teve, porque quando a gente faz um processo licitatório ele é para todos os fundos, então tem coisa do bombeiro que é mais específica, aí tem que ter uma comunicação um pouco mais...

[ Pesquisador ]

Deve ser, né?

[ Gestor F ]

É, aí acaba que tem vez que a gente não tem essa conversa com o pessoal que faz o pedido e já teve sim material que a gente às vezes conseguiu licitar que não seria o que vocês queriam.

[ Pesquisador ]

Entendi.

[ Gestor F ]



Nós tivemos até um processo mesmo dos capacetes, que é uma coisa bem específica do bombeiros, que só vocês que utilizam, né? Aí foram várias conversas, troca de processo, volta, vai processo, vem processo, mas aí no final deu certo.

[ Pesquisador ]

Como é que vocês recebem as especificações desses materiais que precisam ser adquiridos? Essas informações vêm detalhadas, fáceis de entender? Quais dificuldades você enfrenta nesse ponto?

[ Gestor F ]

Tem uns que vêm detalhados, mas tem algumas especificações que nem a gente que vai fazer o processo não entende, fica com algumas dúvidas, aí volta o processo para tirar as nossas dúvidas e as dúvidas que também podem ser do fornecedor que vai nos fornecer esse produto depois, né? No final do processo.

[ Pesquisador ]

Entendi. Na hora de fazer a pesquisa de preço é difícil encontrar fornecedores qualificados? Você pode comentar algum caso que foi problema?

[ Gestor F ]

Sim, é um problema que a gente tem e grande é a falta dos orçamentos. Inclusive agora a gente tá ficando mais com os orçamentos feitos dentro do banco de preço, porque a gente manda um orçamento para um fornecedor, aí vamos supor que é de 10 itens, ele fala, mas eu só vou cotar 5, aí a cotação não fica completa, né? Aí você fica dependendo da ajuda de várias pessoas, vários fornecedores, você pega 5 itens de um, 5 do outro e completa com o banco de preço.

Então a gente tá ficando com as cotações, na maioria das vezes, só dentro do banco de preço, que é um meio eletrônico de cotação.

[ Pesquisador ]

Entendi. Durante o processo desse tratado já ocorreu de empresa participar sem atender os requisitos técnicos exigidos? E como o município lida com essa situação?



[ Gestor F ]

Todos, praticamente todos a gente lida com isso. Quando chega na fase de análise documental, que a gente vê que ela não tem a capacidade técnica, a empresa é inabilitada.

[ Pesquisador ]

Entendi.

[ Gestor F ]

Praticamente todos os pregões a gente lida com isso.

[ Pesquisador ]

Entendi. Na fase de recebimento dos materiais, como é feita essa conferência dos produtos? Já houve problemas com a qualidade dos materiais?

[ Gestor F ]

Com certeza, é um outro problema que a gente enfrenta, que o licitante ele apresenta uma certa marca, um certo modelo na hora da licitação e depois ele tenta passar um outro produto, que não é aquela mesma marca ou o mesmo modelo. Aí o setor do amor xerifado faz a devolução do item, já teve vários casos aqui que eles devolveram.

[ Pesquisador ]

Entendi. Tem algum tipo de registro em relação a esses entrados, esses problemas, assim, mapeado? Tipo assim, quais os problemas que a gente tem mais, se é por problema de material, problema da empresa, tem algum tipo de registro?

[ Gestor F ]

Não, na verdade a gente nunca fez esse registro, porque cada departamento faz uma parte, igual aqui a parte da licitação a gente nunca registrou. Essas, os nossos entrados. O amor xerifado também, eu creio que nunca fez esses registros, desses materiais que não atendeu, que devolveu, mas se for preciso a gente fazer um levantamento por alto a gente consegue.



[ Pesquisador ]

Entendi. A equipe responsável pela licitação do Fenômeno Sombrio Município possui conhecimento técnico suficiente para lidar com as especificidades dos materiais, dos materiais dos Bombeiros ou de outros fundos? E se não, quais são as dificuldades que a gente encontra?

[ Gestor F ]

Até o momento sim, ele é a pessoa que mexe com essa parte aqui no nosso município, ele tem bastante conhecimento e quando ele não tem, ele procura se interagir e tirar as dúvidas para nos orientar também.

[ Pesquisador ]

O município já participou de capacitações voltadas para a área de segurança pública ou de especificações técnicas de materiais adquiridos?

[ Gestor F ]

Nunca foi feita essa capacitação com a equipe.

[ Pesquisador ]

Entendi. Você acredita que esse tipo de capacitação ajudaria?

[ Gestor F ]

Com certeza, com certeza capacitação é o que a gente mais tem batido na tecla que a gente está precisando da equipe é capacitação, tanto das especificações, da legislação em si.

[ Pesquisador ]

Certo, quais as mudanças ou sugestões que você considera importantes para melhorar as licitações relacionadas ao FEMBOM no município? Que tipo de capacitação ou apoio seria eficaz com o diálogo com o grupo de Bombeiros? Você acha que poderia ser fortalecido?

[ Gestor F ]



Se tivesse como fazer uma capacitação para todos os pedidores, que a gente chama assim, a pessoa que está lá na ponta e que inicia o processo, juntamente com a equipe de licitação, eu creio que isso aí seria uma coisa que ajudaria demais. Porque eles têm dúvidas e nós também temos, mas tem algumas dúvidas que chegam até nós que a gente consegue ajudá-los. Mas já tem outras que a gente já tem que passar com a parte jurídica, que já foge do nosso conhecimento.

Mas eu creio que um curso pegando todos eles, desde o que faz o pedido lá no início até a equipe toda junto, todo mundo junto, seria uma boa coisa.

[ Pesquisador ]

Se tivesse alguma carta branca para mudar qualquer coisa no processo de licitação do FEMBOM, por exemplo, o que você mudaria primeiro? É uma pergunta aberta.

[ Gestor F ]

Para mudar?

[ Pesquisador ]

É, você acha que poderia mudar alguma coisa?

[ Gestor F ]

Eu creio que não, assim, até que tem fluído bem o nosso relacionamento com o FEMBOM, até porque o FEMBOM, o processo que eles fazem lá é bem pouco, né?

[ Pesquisador ]

Entendi.

[ Gestor F ]

Mas a gente tem sido, eles são ágeis, a gente sempre que precisa de algum esclarecimento, algum apoio, eles estão sempre prontos para nos atender, então a gente não tem que reclamar, não.

[ Pesquisador ]



Você acha que há mais alguma informação importante que você considera importante sobre esse tema?

[ Gestor F ]

Informação?

[ Pesquisador ]

Tem alguma coisa que você acha importante para falar?

[ Gestor F ]

Eu creio que, assim, o processo licitatório ele é muito complexo, né? Sim. Mas do jeito que a gente está fazendo, em estar sempre trabalhando junto, e aí se a gente tiver a chance de capacitar junto também a equipe, juntamente com os pedidores, o pessoal do FEMBOM e dos outros fundos, isso aí seria uma coisa que iria nos ajudar muito a sair dessas questões burocráticas.

[ Pesquisador ]

Entendi. Obrigado por sua participação e contribuição aqui para a nossa pesquisa, Fernanda.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa trata dos entraves nos processos licitatórios do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, sob a perspectiva dos gestores municipais, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados e propor soluções para melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados à Corporação. Está sendo desenvolvida pelo discente Álvaro Divino Dias Filho, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, sob a orientação da Professora Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

Os objetivos do estudo são:

### Objetivo Geral:

- Identificar os principais entraves na condução dos processos licitatórios para o Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar, sob a perspectiva dos gestores municipais, propondo sugestões para maior eficiência.

### Objetivos Específicos:

- Avaliar como a capacitação técnica impacta na eficiência dos processos licitatórios, segundo a perspectiva dos gestores municipais;
- Propor sugestões de melhorias para otimização dos processos de compras, considerando as percepções dos gestores municipais;
- Verificar a necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais responsáveis pelas licitações nos municípios.

A finalidade deste trabalho é compreender os entraves que dificultam a gestão eficiente das licitações do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, contribuindo para a construção de soluções práticas que fortaleçam a administração pública e os serviços prestados à população.

Solicitamos sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicá-los em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados, durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) pesquisador(a). Caso decida não participar ou deseje, a qualquer momento, desistir do estudo, não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Os pesquisadores estarão à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

gov.br Documento assinado digitalmente  
ALVARO DINHO DIAS FILHO  
Data: 30/03/2025 11:52:15-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) sobre os objetivos e a relevância do estudo proposto, de como será minha participação, bem como dos procedimentos e possíveis riscos decorrentes da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar do estudo, e concordo que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

14, de Abriul de 2025.

Anderson Maria dos Santos

Assinatura do participante

## RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Instituição: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSP-GO Departamento:  
Coordenadoria de Ensino da SSP-GO

Telefone: (62) 3201-1057

E-mail: ensino@sspj.go.gov.br

Endereço: Avenida Anhanguera, n. 7364, Setor Aeroviário, Goiânia - Goiás

Coordenadores do CEGESP: Prof. Lígia Ferreira Pedroso - Geral- Prof. Andréa dos Santos Vieira -  
Presencial- Prof. Paulo Ventura Silva Bernardes - Pedagógica

### Pesquisadores:

**Pesquisador: Álvaro Divino Dias Filho**

Telefone: 6298287-1090

E-mail: alvaroddf@gmail.com

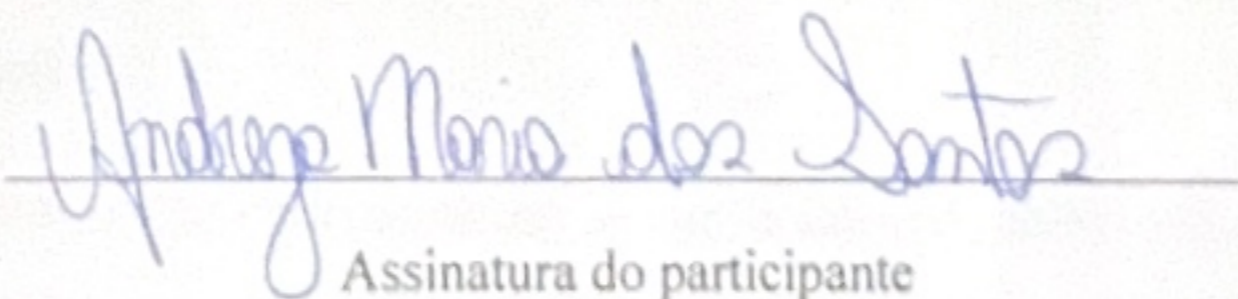
Breve descrição do currículo: Bombeiro Militar, gestor do Fundo Especial Municipal de  
Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros da cidade de Minaçu, Comandante da  
1ª Companhia Independente Bombeiro Militar, Bacharel em Enfermagem.

**Orientador: Dr.ª Gislene Lisboa de Oliveira**

E-mail: gislene.lisboa@ueg.br

Breve descrição do currículo: Doutora em Educação (2019) pela Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás (PUC-GO), com pesquisa na área de Políticas Públicas e Educação a  
Distância (EaD). Mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (2000), com  
especialização em Imunologia pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da mesma  
universidade (1996). Graduada em Biologia – Bacharelado e Licenciatura – pela PUC-GO  
(1992). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), lotada no Centro de  
Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR), onde atua nos cursos de Licenciatura em Ciências  
Biológicas e no Programa de Ensino e Aprendizagem em Rede (PEAR). Desde 2021, exerce a  
função de Assessora da Coordenação de Ensino e Pesquisa do CEAR. Possui ampla  
experiência na área de Educação, com ênfase em ensino de Ciências, formação docente,  
estágio curricular e tecnologias aplicadas à educação.

14, de Abril de 2025

  
Assinatura do participante

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa trata dos entraves nos processos licitatórios do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, sob a perspectiva dos gestores municipais, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados e propor soluções para melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados à Corporação. Está sendo desenvolvida pelo discente Álvaro Divino Dias Filho, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, sob a orientação da Professora Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

Os objetivos do estudo são:

### Objetivo Geral:

- Identificar os principais entraves na condução dos processos licitatórios para o Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar, sob a perspectiva dos gestores municipais, propondo sugestões para maior eficiência.

### Objetivos Específicos:

- Avaliar como a capacitação técnica impacta na eficiência dos processos licitatórios, segundo a perspectiva dos gestores municipais;
- Propor sugestões de melhorias para otimização dos processos de compras, considerando as percepções dos gestores municipais;
- Verificar a necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais responsáveis pelas licitações nos municípios.

A finalidade deste trabalho é compreender os entraves que dificultam a gestão eficiente das licitações do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, contribuindo para a construção de soluções práticas que fortaleçam a administração pública e os serviços prestados à população.

Solicitamos sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicá-los em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados, durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) pesquisador(a). Caso decida não participar ou deseje, a qualquer momento, desistir do estudo, não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Os pesquisadores estarão à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ALVARO DIVINO DIAS FILHO  
Data: 30/03/2025 11:52:15-0300  
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

---

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) sobre os objetivos e a relevância do estudo proposto, de como será minha participação, bem como dos procedimentos e possíveis riscos decorrentes da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar do estudo, e concordo que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

*Até*, 14 de Abril de 2025

*Gaia Juas de Souza*  
Assinatura do participante



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa trata dos entraves nos processos licitatórios do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, sob a perspectiva dos gestores municipais, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados e propor soluções para melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados à Corporação. Está sendo desenvolvida pelo discente Álvaro Divino Dias Filho, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, sob a orientação da Professora Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

Os objetivos do estudo são:

### **Objetivo Geral:**

- Identificar os principais entraves na condução dos processos licitatórios para o Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar, sob a perspectiva dos gestores municipais, propondo sugestões para maior eficiência.

### **Objetivos Específicos:**

- Avaliar como a capacitação técnica impacta na eficiência dos processos licitatórios, segundo a perspectiva dos gestores municipais;
- Propor sugestões de melhorias para otimização dos processos de compras, considerando as percepções dos gestores municipais;
- Verificar a necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais responsáveis pelas licitações nos municípios.

A finalidade deste trabalho é compreender os entraves que dificultam a gestão eficiente das licitações do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, contribuindo para a construção de soluções práticas que fortaleçam a administração pública e os serviços prestados à população.

Solicitamos sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicá-los em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados, durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) pesquisador(a). Caso decida não participar ou deseje, a qualquer momento, desistir do estudo, não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Os pesquisadores estarão à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ALVARO DINHO DIAS FILHO  
Data: 30/03/2025 11:52:15-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) sobre os objetivos e a relevância do estudo proposto, de como será minha participação, bem como dos procedimentos e possíveis riscos decorrentes da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar do estudo, e concordo que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

16, de ABRIL de 2025.

Sara Kelly da Costa Sousa

Assinatura do participante

## RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Instituição: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSP-GO Departamento:

Coordenadoria de Ensino da SSP-GO

Telefone: (62) 3201-1057

E-mail: ensino@sspj.go.gov.br

Endereço: Avenida Anhanguera, n. 7364, Setor Aeroviário, Goiânia - Goiás

Coordenadores do CEGESP: Profª. Lígia Ferreira Pedroso - Geral- Profª. Andréa dos Santos Vieira -

Presencial- Profª. Paulo Ventura Silva Bernardes - Pedagógica

### Pesquisadores:

**Pesquisador: Álvaro Divino Dias Filho**

Telefone: 6298287-1090

E-mail: alvaroddf@gmail.com

Breve descrição do currículo: Bombeiro Militar, gestor do Fundo Especial Municipal de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros da cidade de Minaçu, Comandante da 1ª Companhia Independente Bombeiro Militar, Bacharel em Enfermagem.

**Orientador: Dr.ª Gislene Lisboa de Oliveira**

E-mail: gislene.lisboa@ueg.br

Breve descrição do currículo: Doutora em Educação (2019) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), com pesquisa na área de Políticas Públicas e Educação a Distância (EaD). Mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (2000), com especialização em Imunologia pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da mesma universidade (1996). Graduada em Biologia – Bacharelado e Licenciatura – pela PUC-GO (1992). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), lotada no Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR), onde atua nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e no Programa de Ensino e Aprendizagem em Rede (PEAR). Desde 2021, exerce a função de Assessora da Coordenação de Ensino e Pesquisa do CEAR. Possui ampla experiência na área de Educação, com ênfase em ensino de Ciências, formação docente, estágio curricular e tecnologias aplicadas à educação.

16, de ABRIL de 2025.

Sara Kelly da Costa Sousa

Assinatura do participante

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa trata dos entraves nos processos licitatórios do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, sob a perspectiva dos gestores municipais, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados e propor soluções para melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados à Corporação. Está sendo desenvolvida pelo discente Álvaro Divino Dias Filho, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, sob a orientação da Professora Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

Os objetivos do estudo são:

### **Objetivo Geral:**

- Identificar os principais entraves na condução dos processos licitatórios para o Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar, sob a perspectiva dos gestores municipais, propondo sugestões para maior eficiência.

### **Objetivos Específicos:**

- Avaliar como a capacitação técnica impacta na eficiência dos processos licitatórios, segundo a perspectiva dos gestores municipais;
- Propor sugestões de melhorias para otimização dos processos de compras, considerando as percepções dos gestores municipais;
- Verificar a necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais responsáveis pelas licitações nos municípios.

A finalidade deste trabalho é compreender os entraves que dificultam a gestão eficiente das licitações do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, contribuindo para a construção de soluções práticas que fortaleçam a administração pública e os serviços prestados à população.

Solicitamos sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicá-los em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados, durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) pesquisador(a). Caso decida não participar ou deseje, a qualquer momento, desistir do estudo, não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Os pesquisadores estarão à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ALVARO DIVINO DIAS FILHO  
Data: 30/03/2025 11:52:15-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) sobre os objetivos e a relevância do estudo proposto, de como será minha participação, bem como dos procedimentos e possíveis riscos decorrentes da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar do estudo, e concordo que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

16, de ABRIL de 2025.

Maiame Carolina Batista da Silva

Assinatura do participante

## RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Instituição: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSP-GO Departamento:  
Coordenadoria de Ensino da SSP-GO

Telefone: (62) 3201-1057

E-mail: ensino@sspj.go.gov.br

Endereço: Avenida Anhanguera, n. 7364, Setor Aeroviário, Goiânia - Goiás

Coordenadores do CEGESP: Profª. Lígia Ferreira Pedroso - Geral- Profª. Andréa dos Santos Vieira -  
Presencial- Profª. Paulo Ventura Silva Bernardes - Pedagógica

### Pesquisadores:

**Pesquisador: Álvaro Divino Dias Filho**

Telefone: 6298287-1090

E-mail: alvaroddf@gmail.com

Breve descrição do currículo: Bombeiro Militar, gestor do Fundo Especial Municipal de  
Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros da cidade de Minaçu, Comandante da  
1ª Companhia Independente Bombeiro Militar, Bacharel em Enfermagem.

**Orientador: Dr.ª Gislene Lisboa de Oliveira**

E-mail: gislene.lisboa@ueg.br

Breve descrição do currículo: Doutora em Educação (2019) pela Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás (PUC-GO), com pesquisa na área de Políticas Públicas e Educação a  
Distância (EaD). Mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (2000), com  
especialização em Imunologia pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da mesma  
universidade (1996). Graduada em Biologia – Bacharelado e Licenciatura – pela PUC-GO  
(1992). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), lotada no Centro de  
Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR), onde atua nos cursos de Licenciatura em Ciências  
Biológicas e no Programa de Ensino e Aprendizagem em Rede (PEAR). Desde 2021, exerce a  
função de Assessora da Coordenação de Ensino e Pesquisa do CEAR. Possui ampla  
experiência na área de Educação, com ênfase em ensino de Ciências, formação docente,  
estágio curricular e tecnologias aplicadas à educação.

16, de ABRIL de 2025

Maiane Vardina Batista da Silva

Assinatura do participante

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**  
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa trata dos entraves nos processos licitatórios do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, sob a perspectiva dos gestores municipais, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados e propor soluções para melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados à Corporação. Está sendo desenvolvida pelo discente Álvaro Divino Dias Filho, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, sob a orientação da Professora Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

Os objetivos do estudo são:

**Objetivo Geral:**

- Identificar os principais entraves na condução dos processos licitatórios para o Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar, sob a perspectiva dos gestores municipais, propondo sugestões para maior eficiência.

**Objetivos Específicos:**

- Avaliar como a capacitação técnica impacta na eficiência dos processos licitatórios, segundo a perspectiva dos gestores municipais;
- Propor sugestões de melhorias para otimização dos processos de compras, considerando as percepções dos gestores municipais;
- Verificar a necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais responsáveis pelas licitações nos municípios.

A finalidade deste trabalho é compreender os entraves que dificultam a gestão eficiente das licitações do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, contribuindo para a construção de soluções práticas que fortaleçam a administração pública e os serviços prestados à população.

Solicitamos sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicá-los em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados, durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) pesquisador(a). Caso decida não participar ou deseje, a qualquer momento, desistir do estudo, não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Os pesquisadores estarão à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

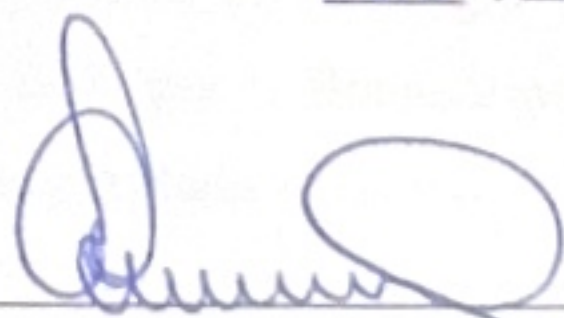
Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ALVARO DIVINO DIAS FILHO  
Data: 30/03/2025 11:52:15-0300  
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

---

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) sobre os objetivos e a relevância do estudo proposto, de como será minha participação, bem como dos procedimentos e possíveis riscos decorrentes da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar do estudo, e concordo que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

Osia, 28 de Abril de 2025.



---

Assistente de Carmo Raposo  
Agente de Contratação  
Decreto: 2.458/2023

## RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Instituição: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSP-GO Departamento:  
Coordenadoria de Ensino da SSP-GO

Telefone: (62) 3201-1057

E-mail: ensino@sspj.go.gov.br

Endereço: Avenida Anhanguera, n. 7364, Setor Aeroviário, Goiânia - Goiás

Coordenadores do CEGESP: Profª. Lígia Ferreira Pedroso - Geral- Profª. Andréa dos Santos Vieira -  
Presencial- Profª. Paulo Ventura Silva Bernardes - Pedagógica

### Pesquisadores:

**Pesquisador: Álvaro Divino Dias Filho**

Telefone: 6298287-1090

E-mail: alvaroddf@gmail.com

Breve descrição do currículo: Bombeiro Militar, gestor do Fundo Especial Municipal de  
Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros da cidade de Minaçu, Comandante da  
1ª Companhia Independente Bombeiro Militar, Bacharel em Enfermagem.

**Orientador: Dr.ª Gislene Lisboa de Oliveira**

E-mail: gislene.lisboa@ueg.br

Breve descrição do currículo: Doutora em Educação (2019) pela Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás (PUC-GO), com pesquisa na área de Políticas Públicas e Educação a  
Distância (EaD). Mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (2000), com  
especialização em Imunologia pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da mesma  
universidade (1996). Graduada em Biologia – Bacharelado e Licenciatura – pela PUC-GO  
(1992). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), lotada no Centro de  
Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR), onde atua nos cursos de Licenciatura em Ciências  
Biológicas e no Programa de Ensino e Aprendizagem em Rede (PEAR). Desde 2021, exerce a  
função de Assessora da Coordenação de Ensino e Pesquisa do CEAR. Possui ampla  
experiência na área de Educação, com ênfase em ensino de Ciências, formação docente,  
estágio curricular e tecnologias aplicadas à educação.

Ass. 28 de Abril de 2025.



Assinatura do participante  
Raimundo de Carmo Raposo  
Agente de Contratação  
Decreto: 2.458/2023

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa trata dos entraves nos processos licitatórios do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, sob a perspectiva dos gestores municipais, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados e propor soluções para melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados à Corporação. Está sendo desenvolvida pelo discente Álvaro Divino Dias Filho, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, sob a orientação da Professora Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

Os objetivos do estudo são:

### Objetivo Geral:

- Identificar os principais entraves na condução dos processos licitatórios para o Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar, sob a perspectiva dos gestores municipais, propondo sugestões para maior eficiência.

### Objetivos Específicos:

- Avaliar como a capacitação técnica impacta na eficiência dos processos licitatórios, segundo a perspectiva dos gestores municipais;
- Propor sugestões de melhorias para otimização dos processos de compras, considerando as percepções dos gestores municipais;
- Verificar a necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais responsáveis pelas licitações nos municípios.

A finalidade deste trabalho é compreender os entraves que dificultam a gestão eficiente das licitações do Fundo Municipal de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros, contribuindo para a construção de soluções práticas que fortaleçam a administração pública e os serviços prestados à população.

Solicitamos sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicá-los em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados, durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) pesquisador(a). Caso decida não participar ou deseje, a qualquer momento, desistir do estudo, não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Os pesquisadores estarão à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

Documento assinado digitalmente  
gov.br ALVARO DIMMO DIAS FILHO  
Data: 30/03/2025 11:52:15-0300  
verifique em <https://validar.id.gov.br>

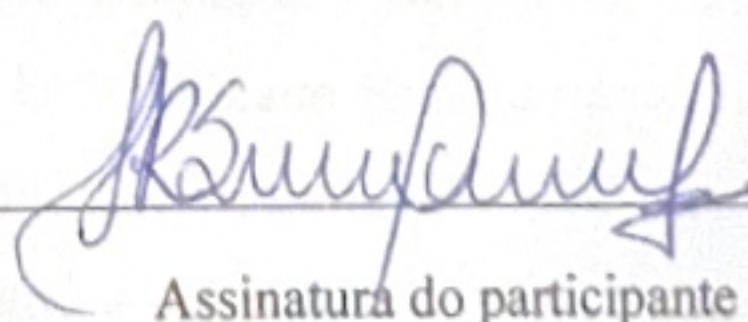
---

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) sobre os objetivos e a relevância do estudo proposto, de como será minha participação, bem como dos procedimentos e possíveis riscos decorrentes da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar do estudo, e concordo que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

Minaçu, 30 de abril de 2025.

---



Assinatura do participante

## RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Instituição: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSP-GO Departamento:

Coordenadoria de Ensino da SSP-GO

Telefone: (62) 3201-1057

E-mail: ensino@sspj.go.gov.br

Endereço: Avenida Anhanguera, n. 7364, Setor Aeroviário, Goiânia - Goiás

Coordenadores do CEGESP: Profª. Lígia Ferreira Pedroso - Geral- Profª. Andréa dos Santos Vieira -

Presencial- Profª. Paulo Ventura Silva Bernardes - Pedagógica

### Pesquisadores:

**Pesquisador: Álvaro Divino Dias Filho**

Telefone: 6298287-1090

E-mail: alvaroddf@gmail.com

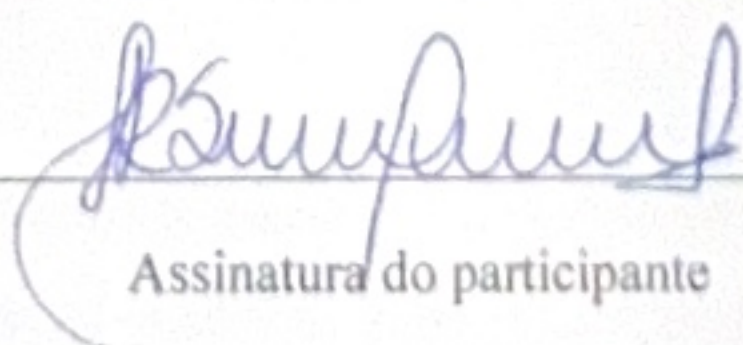
Breve descrição do currículo: Bombeiro Militar, gestor do Fundo Especial Municipal de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros da cidade de Minaçu, Comandante da 1ª Companhia Independente Bombeiro Militar, Bacharel em Enfermagem.

**Orientador: Dr.ª Gislene Lisboa de Oliveira**

E-mail: gislene.lisboa@ueg.br

Breve descrição do currículo: Doutora em Educação (2019) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), com pesquisa na área de Políticas Públicas e Educação a Distância (EaD). Mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (2000), com especialização em Imunologia pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da mesma universidade (1996). Graduada em Biologia – Bacharelado e Licenciatura – pela PUC-GO (1992). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), lotada no Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR), onde atua nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e no Programa de Ensino e Aprendizagem em Rede (PEAR). Desde 2021, exerce a função de Assessora da Coordenação de Ensino e Pesquisa do CEAR. Possui ampla experiência na área de Educação, com ênfase em ensino de Ciências, formação docente, estágio curricular e tecnologias aplicadas à educação.

Minaçu, 30 de abril de 2025.

  
Assinatura do participante